

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL – UMA ANÁLISE PÓS-PLANO REAL

RILDO EDSON LAZAROTTO  
PROFESSOR DR. DEMIAN CASTRO

Curitiba – PR

2009

**RILDO EDSON LAZAROTTO**

**DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL: UMA ANÁLISE PÓS-PLANO REAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Economia, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, da Universidade Federal do Paraná.  
Orientador Prof. Dr. Demian Castro

**Curitiba  
2009**

TERMO DE APROVAÇÃO

RILDO EDSON LAZAROTTO

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL – UMA ANÁLISE PÓS PLANO REAL

**Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico – Área de Concentração: Políticas de Desenvolvimento, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:**

**Orientador:**

-----  
**Prof. Dr. Demian Castro**  
**Departamento de Economia – UFPR**

-----  
**Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin**  
**Departamento de Economia - UFPR**

-----  
**Prof. Dr. Igor Constant Zanoni Leão**  
**Departamento de Economia - UFPR**

À minha esposa Clarice e aos meus filhos  
Vanessa e Matheus, que me deram  
compreensão, apoio e me ajudaram a  
realizar um sonho. Ninguém pode dar  
presente maior a uma pessoa.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é a maior prova de que não estamos sozinhos nesta caminhada.

Agradeço a minha família, razão maior do meu amor e motivo suficiente para sonhar, querer e persistir.

Em especial ao Prof. Dr. Demian Castro. Sua grandeza intelectual só não é maior que a sua paciência comigo. Uma pessoa cujo conhecimento sobre o assunto pesquisado me fez perceber desde o começo que eu não seria um aluno a altura do seu orientador. Sua grandeza e simplicidade encurtaram o fosso intelectual que nos separa e permitiram que eu levasse o trabalho até o final.

Aos colegas do Banco do Brasil com quem dividi as aulas presenciais e as tantas viagens a Curitiba. A descontração não produziu o mesmo aprendizado que a sala de aula, mas foi também importante e igualmente inesquecível.

“Muitas coisas não ousamos empreender por parecerem difíceis; entretanto, são difíceis porque não ousamos empreendê-las”.

Sêneca

## RESUMO

O objetivo central deste trabalho é investigar o fenômeno da desigualdade de renda no Brasil, mediante análise de dados sócio-econômicos, enfocando especialmente a influência da massa salarial e da rede de proteção social na distribuição de renda do país no período de 1994-2004. Faz-se uma retrospectiva histórica do desenvolvimento econômico brasileiro com o propósito de avaliar se a eventual evolução teve reflexos no panorama distributivo da renda nacional. Compõe-se o cenário em que se implantou o Plano Real, a estabilização econômica e a reformulação da estrutura produtiva do país na medida em que o modelo de produção estatal foi profundamente alterado pelas privatizações. Conclui-se que o Plano Real por si só não proporcionou melhoras na distribuição de renda, ainda que em alguns momentos haja correlação entre a queda da inflação e a diminuição de pobres. As vantagens proporcionadas pela estabilização criaram condições para que o país fizesse política social de uma maneira melhor, o que evidenciou uma ligeira melhora na distribuição de renda. Os resultados da pesquisa apontam para o esgotamento dos benefícios do plano no que se refere a distribuição de renda. Ele conseguiu minimizar os desequilíbrios sociais apenas de maneira sutil. Em função das análises realizadas, entende-se que crescimento econômico no Brasil, de 1994 a 2004, proporcionou pequenas melhorias na distribuição de renda da população, porém, o país ainda não atacou problemas históricos e estruturais no seu quadro distributivo.

## **ABSTRACT**

The main objective of this work is to investigate the inequality of income in Brazil, through analysis of socioeconomic data, focusing especially the payroll's influence and the network of social protection at the distribution of incomes through the country in the period 1994 to 2004. This is a historical retrospective of the Brazilian economic development with the purpose of balance whether an evolution had reflexes at the national distribution of income perspective. The scene in which the "Plano Real" was implanted is composed; the state model of production was dramatically changed by privatization. The conclusion is that the "Plano Real" itself provided no improvement in the distribution of income, although sometimes there is correlation between the fall of inflation and reduction of poor people. The benefits proportionate by the stabilization created conditions for the country to make social policy in a better way, which showed a slight improvement in the distribution of income. The survey results point to the exhaustion of the benefits of the plan as regards the distribution of income. It managed to minimize the social imbalances only so subtle. Depending on the analysis undertaken, it is understood that economic growth in Brazil, from 1994 to 2004, provide small improvements in income distribution in the population, however, the country has not attacked historical and structural problems in the distributive framework.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Inflação X pobreza.....	56
Gráfico 2 – Taxa média anual de crescimento do PIB. ....	56
Gráfico 3 – PIB Per capita.....	57
Gráfico 4 – Índice de mortalidade de crianças. ....	61
Gráfico 5 – Evolução do ensino médio.....	61
Gráfico 6 - Renda Média de 1994 a 2005. ....	63
Gráfico 7 - Evolução da distribuição funcional da renda, considerando apenas os rendimentos do trabalho e do capital- Brasil. ....	65
Gráfico 8 - Distribuição de renda, 1993-2005.....	67
Gráfico 9 – Evolução do Índice de Gini no Brasil. ....	69
Gráfico 10 - Miséria, porcentagem da população, 1992-2005.....	70

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Taxa da inflação anual (1980-1989).....	40
Quadro 2- Infra-estrutura básica de novos domicílios particulares atendidos. ....	60
Quadro 3 - Avaliação das mudanças no período de 1994 a 2004.....	62
Quadro 4 – Renda média com porcentagem da renda total.....	64
Quadro 5 – Coeficiente de concentração. ....	64
Quadro 6 - Distribuição do rendimento domiciliar <i>per capita</i> .: Número de Pessoas, Rendimento Médio e Medidas de Desigualdade e Pobreza. Brasil, 1995 a 2004. ....	66
Quadro 7 - Estratificação familiar da população – Brasil.....	68

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .....	14
2.1 DEFININDO OS SENTIDOS DO DESENVOLVIMENTO .....	14
2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL .....	19
2.3 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA .....	28
2.3.1 Distribuição de renda no Brasil: Síntese histórica .....	30
3 PLANO REAL: ORIGEM E TRAJETÓRIA.....	38
3.1 QUADRO ECONÔMICO BRASILEIRO: BERÇO DO PLANO REAL .....	38
3.2 O PLANO REAL .....	44
3.2.1 O Programa.....	45
4. RESULTADOS DA PESQUISA.....	53
4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	73
REFERÊNCIAS.....	76

## 1 INTRODUÇÃO

“O Brasil não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres”, é o que diz o estudo "A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil" do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, realizado por Barros, Henriques e Mendonça (2001).

No cenário internacional, o Brasil caracteriza-se como um dos piores países em distribuição de renda no mundo. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2005), analisando 124 países que possuem informações disponíveis sobre o grau de desigualdade, o Brasil fica atrás de 95% deles.

No entanto, se analisarmos a renda per capita do Brasil com a de outros países, não podemos considerá-lo um país pobre, uma vez, que, a comparação internacional quanto a este aspecto coloca o Brasil entre o terço mais rico dos países do mundo, contudo, o seu grau de pobreza é significativamente superior à média mundial. Assim, é possível inferir que a origem da pobreza do Brasil está na má distribuição da renda, pois poucos detêm muito e muitos não detêm quase nada.

Realizando uma breve contextualização do perfil distributivo brasileiro, é possível verificar que parte relevante da assimetria de renda em nossa economia é explicada pela entrada atrasada de nosso país na chamada Revolução Industrial.

Costuma-se dizer que a indústria brasileira nasceu tardiamente e na dependência de tecnologia externa, pois o primeiro surto industrial do Brasil ocorreu um século depois de deflagrada a Revolução Industrial (segunda metade do século XVIII). A industrialização brasileira pode ser dividida em duas etapas históricas distintas: o primeiro surto industrial acompanhou o crescimento da economia cafeeira capitalista de São Paulo. Considera a Revolução de 1930 o marco para um novo período industrial, identificado com os governos nacionalistas de Getúlio Vargas e uma orientação para a abertura ao capital e indústrias transnacionais, no governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), configurando a substituição do modelo agrário-exportador pelo urbano-industrial (AZULAY, 2008).

No final da dos anos 60 e o início da década de 70 a economia brasileira passou a conviver com restrições macroeconômicas que limitaram o crescimento e,

por conseguinte, a capacidade do Estado de atuar na direção de atenuar as desigualdades. Nos anos 90, com a recessão deflagrada quando da implementação do Plano Collor, o debate acerca do tema, no Brasil, assumiu contornos de grande prioridade.

Mais recentemente, com o advento do Plano Real, consagrou-se uma fase de reconstrução do padrão monetário brasileiro, ao lado de um processo de redimensionamento do Estado na economia e a discussão sobre a questão distributiva é ressaltada no meio acadêmico, especialmente no que se refere ao aspecto estrutural/conjuntural da concentração de renda no Brasil e as alternativas para a melhoria deste contexto.

Mesmo ocupando posição desconfortável no ranking de distribuição de renda mundial, percebem-se alterações positivas no quadro de distribuição de renda no Brasil. Fazendo uma análise do período 1994-2004, tendo o Plano Real, como referência, essas alterações ficam mais evidentes. Utilizando dados das Pesquisas por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE) posteriores ao Plano Real, constata-se que para qualquer medida de desigualdade os resultados apontam para uma redução na desigualdade de renda de 5,30% desde a implantação do Plano Real, com ênfase nos 03 últimos anos, restando identificar as causas deste fenômeno.

A redução na desigualdade poder ser percebida também pelo Índice de Gini<sup>1</sup>, que coloca o Brasil como detentor de uma das piores distribuições de renda do mundo. Analisando-se o período de 1993 a 2004, constata-se que o índice sofre uma leve queda. Destaca-se que em 1993 o Brasil apresentava um coeficiente de 0,604, caindo para 0,602 em 1996, 0,600 em 1998, 0,596 em 2001, 0,581 em 2003 e 0,572 em 2004 (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2006).

O objetivo central deste estudo é investigar o fenômeno da desigualdade de renda no Brasil, mediante análise de dados sócio-econômicos, enfocando, especialmente a influência da massa salarial e da rede de proteção social na

---

<sup>1</sup> Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda mas pode ser usada para qualquer distribuição. Consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais não têm nada).

distribuição de renda no Brasil no período de 1994 a 2004. Para consecução deste objetivo geral serão perseguidos os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar uma base teórica sobre o desenvolvimento econômico no Brasil, evidenciando seu perfil na experiência capitalista;
- Traçar uma retrospectiva da evolução da economia brasileira na década de 90, caracterizando o quadro econômico do final do século XX;
- Identificar os determinantes da distribuição de renda no Brasil.

Assim, este estudo divide-se em quatro etapas: após esta etapa introdutória que se ressalta os objetivos do trabalho, apresenta-se na segunda uma revisão bibliográfica constituída por elementos teóricos de diversos autores sobre o tema em estudo. A revisão bibliográfica foi alicerçada em livros, periódicos, artigos e documentos necessários que dão subsídio e sustentação à pesquisa. A terceira refere-se à pesquisa de dados sócio-econômicos. Nessa etapa analisaram-se os dados do PNADs disponíveis no período de 1994 a 2004. Por fim, a quarta parte visou apresentar as análises dos resultados obtidos, bem como as conclusões finais do estudo.

## 2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

### 2.1 DEFININDO OS SENTIDOS DO DESENVOLVIMENTO

Para Adam Smith (1986) ocorre o desenvolvimento com o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos, redução do desemprego e elevação da renda média do conjunto da população. No longo prazo ocorre uma redistribuição de renda entre capitalistas e trabalhadores. Contudo tende esta ser a favor dos capitalistas.

Em 1911 com a obra teoria do desenvolvimento econômico, Joseph Schumpeter (1883-1950) diferenciava crescimento e desenvolvimento. Afirmava ainda, quando só há crescimento, a economia funciona em um sistema de fluxo circular de equilíbrio, cujas variáveis econômicas aumentam apenas em função da expansão demográfica (SOUZA, 1999).

Importante assinalar que o assunto desenvolvimento econômico ficou mais evidente, a partir das flutuações econômicas do século XIX com a concentração de renda e da riqueza, que tornou mais evidente a disparidade entre nações ricas e pobres.

O desenvolvimento econômico revela-se com um fenômeno amplamente desejado pelos povos, uma vez que o ser humano almeja o aprimoramento da sua qualidade de vida, o que só é possível no momento em que as necessidades e desejos passam a ser atendidos adequadamente. Todavia, o desenvolvimento constitui um grande desafio a ser vencido, exigindo assim um esforço muito grande das nações que o perseguem. Conforme Bresser-Pereira (2006):

A idéia do desenvolvimento se constitui em dois momentos históricos e está intimamente relacionada com o processo de racionalização que caracterizará o mundo moderno. Em um primeiro momento, a racionalidade se revela pelo objetivo econômico definido com clareza (o lucro), e pela adoção da acumulação de capital como meio de atingi-lo. Esse é o momento da Revolução Comercial. Em um segundo momento, com a Revolução Industrial, a racionalidade se expressa em um meio mais especificamente racional de alcançar o lucro: a aceleração do progresso torna sistemática a incorporação de novas tecnologias, e o conseqüente aumento da produtividade passa a ser uma condição de sobrevivência das empresas. Em outras palavras, o que hoje chamamos de desenvolvimento

econômico configurava-se pela primeira vez historicamente. E definia-se a estratégia de alcançá-lo. Entretanto, nessa análise faltava uma terceira transformação fundamental, que ocorreu entre as duas citadas: a Revolução Nacional, ou, mais precisamente, a formação dos estados nacionais. É a partir do momento em que as nações se dotam de estados e formam estados-nação que a industrialização se viabiliza. São os estados-nação e seus governos que serão os condutores do processo de desenvolvimento, através da definição de instituições necessárias ao desenvolvimento capitalista, como a garantia da propriedade e dos contratos, a proteção da indústria nacional, e os mais variados sistemas de estímulo ao investimento produtivo, e também através da institucionalização da educação pública universal que permitirá o aumento da produtividade em toda a economia.

Acrescenta ainda o autor, que o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico, relacionado com o surgimento das nações e a formação dos estados nacionais e com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital, que ocorrem sob a coordenação das instituições e principalmente de mercados relativamente competitivos. Assim, o desenvolvimento é um fenômeno relacionado com o surgimento das duas instituições fundamentais do novo sistema capitalista: o estado e os mercados.

É extremamente importante ter bem nítida a diferença conceitual entre crescimento e desenvolvimento, pois existem evidências de que é possível obter crescimento sem desenvolver-se. Conceitua-se crescimento econômico como sendo o aumento contínuo do produto interno bruto em termos globais e per capita ao longo do tempo.

O aspecto fundamental é que o desenvolvimento econômico não pode ser analisado somente por meio de indicadores que medem o crescimento do produto ou do produto per capita. Desenvolvimento deve ser complementado por índices que representem a qualidade de vida dos indivíduos.

Deste modo, se terá um conjunto de medidas que reflitam alterações econômicas, sociais, políticas, institucionais, tais como: renda per capita, expectativa de vida, mortalidade infantil, educação, analfabetismo, distribuição de renda entre diferentes classes, setores e regiões (PAULANI; BRAGA, 2001).

Paulani e Braga (2001, p. 229) apresentam os seguintes conceitos:

[...] o crescimento econômico diz respeito à elevação do produto agregado do país e pode ser avaliado a partir das contas nacionais. Desenvolvimento

é um conceito bem mais amplo que leva em conta a elevação da qualidade de vida da sociedade e a redução das diferenças econômicas e sociais entre seus membros. Em síntese pode-se resumir da seguinte forma: que para se avaliar até que ponto a renda produzida pelo país reverte em benefícios para a população, não levando apenas em consideração aspectos econômicos *strictu sensu*, como: nível de renda, renda per capita, distribuição de renda, etc., mas também levaram em conta aspectos de bens públicos, sendo: saúde, educação, etc.

Nessa ótica, Tachizawa (2002), conceitua crescimento econômico como um crescimento contínuo do produto nacional em termos globais ao longo do tempo, enquanto que desenvolvimento econômico representa não apenas o crescimento da produção nacional, mas também a forma como está distribuída social e setorialmente.

A idéia de crescimento econômico é recente. Antes do surgimento do capitalismo, as sociedades encontravam-se em estágios comparativamente estagnados. Elas eram basicamente agrícolas e variavam pouco ao longo dos anos, com exceção da ocorrência de boas ou más colheitas, de guerras e epidemias. O capitalismo, trazendo contínuas mudanças tecnológicas e acumulação de capital, alterou de forma radical as estruturas destas sociedades (PINHO; VASCONCELOS, 1998).

O capitalismo é um sistema econômico baseado na supremacia do capital sobre o trabalho. Sua implantação deu origem a uma era de profundas contradições e injustiças, marcada pela brutal exploração dos operários e da mão-de-obra infantil, sem oferecer quaisquer direitos. Esse período de mais gritante espoliação prolongou-se por cerca de um século e meio. Um aspecto fundamental é sem dúvida, a elevada concentração da posse da terra, quando a economia desses países baseava-se no modelo agro- exportador.

Caporali (1995) assinala que o conceito de desenvolvimento econômico começou a ser utilizado a partir do final da 2ª Guerra Mundial, num contexto de formação de instituições mundiais de harmonização de interesses e de práticas econômicas, bem como de uma teoria econômica que depositava na ação regulatória do Estado a possibilidade de manutenção de taxas de crescimento mais elevadas. O conceito deu fundamento a uma ideologia altamente otimista que previa o crescimento econômico indefinido, visto como um processo de utilização cada vez

mais intensivo de capital, de redução do uso de mão de obra, e de utilização extensiva dos recursos naturais. Neste sentido, uma das características centrais nele implícitas era a total inconsciência com as repercussões ambientais e de degradação ecológica derivada das atividades econômicas. A atividade econômica era vista como um sistema fechado, sem limites em nível do input (energia e matérias primas) ou do output (poluição). Essa ideologia econômica fundamentou toda a ação dos organismos multilaterais de fomento, como o Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano (BID).

Souza (1999) enfatiza que a questão do desenvolvimento econômico também ficou mais evidente, no final dos anos de 1930, com a aplicação da Contabilidade Nacional, nascida sob os auspícios da teoria keynesiana. Com ela, passou-se a comparar a renda *per capita* dos diferentes países e classificá-los em ricos e pobres, dependendo do valor dessa renda média.

Luzon (2004) afirma:

Generalmente el desarrollo se relaciona con riqueza; es decir, los países desarrollados son más ricos que los menos desarrollados. Sin embargo hay dos objeciones importantes a esta simplificación. En primer lugar que la riqueza puede obtenerse de forma no creativa, por ejemplo, por herencia en el caso de los hombres o por poseer recursos minerales, en el caso de las naciones; se trataría en ambos casos de riqueza no generada creativamente y por consiguiente entraría fuera del concepto de desarrollo a no ser que se utilizara instrumentalmente, para generar más riqueza e bienestar. En segundo lugar los bienes materiales no son suficientes para garantizar el bienestar de los seres humanos, pero como suele afirmarse: la riqueza no siempre hace felicidad, pero la pobreza la impide absolutamente.

Durante muito tempo o fator econômico era considerado o único determinante do desenvolvimento. Hoje sabemos que o desenvolvimento tem muitas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica que mantêm uma em relação às outras, um relativo grau de autonomia. Todas essas dimensões comparecem no processo de desenvolvimento, em conjunto determinando-o ou, em particular, cada qual, condicionando-o.

Franco (2004) amplia ainda mais o conceito, enfatizando que o desenvolvimento significa melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano),

de todas as pessoas (desenvolvimento social) dos dias atuais e das pessoas que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável).

Essencialmente o desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. Nestes termos, o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural. É o aumento sustentado dos padrões de vida possibilitado pelo aumento da produtividade de determinadas atividades e/ou pela transferência da mão-de-obra dessas para outras atividades com maior valor adicionado *per capita* porque envolvendo maior conhecimento (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Mais recentemente, um dos autores que tem desenvolvido essa linha é Amartya Sen (2000), afirma que o desenvolvimento é um processo de expansão de liberdade desfrutada pelos membros de uma sociedade. Ou seja, ele ressalta a importância de as pessoas terem a possibilidade de terem acesso aos meios e aos recursos que lhes propiciem condições reais de exercerem seus direitos e sua liberdade. Vale lembrar que,

Para que haja desenvolvimento econômico a experiência histórica ensina que é essencial que as instituições garantam, em primeiro lugar, a ordem pública ou a estabilidade política, em segundo lugar, o bom funcionamento do mercado, e, em terceiro lugar, boas oportunidades de lucro que estimulem os empresários a investir e inovar. É necessário, portanto, que o estado, na sua qualidade de instituição maior, seja forte: tenha legitimidade e capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei. Para que o estado seja forte não é necessário que seja 'grande', mas não poderá ser "pequeno" porque se o for não terá os meios necessários para garantir essa legitimidade (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Por isso, o processo de desenvolvimento tem que ser compatível com um crescimento econômico que possibilite a manutenção ou elevação, ao longo do tempo, do conjunto de bens econômicos e ecológicos, sem os quais não haverá um crescimento adequado.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

Como visto na seção anterior, o desenvolvimento econômico é fenômeno histórico, um processo próprio do capitalismo e da formação dos estados nacionais. Neste sentido Furtado (1984, p. 105) acentua que:

A idéia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem sendo natural que ela contenha, ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador. A preocupação com a metamorfose social deriva dessa outra idéia simples de que é mediante a invenção e implementação de novas estruturas sociais que se cumpre o processo de desenvolvimento.

Muitos são os países subdesenvolvidos que pretendem atingir o grau de desenvolvimento dos países de primeiro mundo. Neste contexto a busca pelo poder, por estabilidade econômica é o anseio maior, impulsionado pelo querer ter os mesmos benefícios: saúde, educação, habitação e desenvolvimento tecnológico, como possuem tais países.

A busca pelo desenvolvimento é uma ação que deve ser realizada em conjunto, onde o trabalho é tarefa fundamental e onde os progressos serão evidenciados ao longo do processo. Assim muitas vezes, quando se imagina estarem trilhando os caminhos certos as ações de empresas de caráter internacional acabam por definir medidas que ocasionarão uma oscilação na estrutura de tais países, sendo necessário efetuar reformas ponderadas, disciplinadas e práticas, retardando o progresso mas mantendo-o como ponto principal.

Portanto, no processo de desenvolvimento econômico existe um objetivo geral claro por parte das nações, de suas elites e de seus governos: a melhoria do padrão de vida da população.

O desenvolvimento econômico, portanto, é um processo histórico voltado para um objetivo claro. Um objetivo que não é meramente retórico, ainda que, em cada país, os ricos e a classe média estejam mais preocupados com o seu padrão de vida do que com o de toda a população. Por isso

mesmo, o objetivo do bem-estar não significa uma distribuição de renda mais igual. Dificilmente ela o será. Existe uma ampla corrente de pessoas de boa vontade que inclui no conceito de desenvolvimento econômico a melhoria na distribuição de renda. Não concordo com essa tese, por mais atrativa que seja do ponto de vista moral, porque esta não é uma definição histórica, mas uma definição normativa. Talvez fosse mais razoável denominar essa concepção normativa de 'desenvolvimento humano'. Esta é uma expressão que se tornou universalmente conhecida a partir dos Relatórios de Desenvolvimento Humano que as Nações Unidas publicam anualmente. Mas mesmo na medida de desenvolvimento humano a distribuição de renda não está plenamente considerada. A médio prazo, o desenvolvimento econômico implica sempre melhoria dos padrões médios de vida da população, mas daí não se pode deduzir que o desenvolvimento produza em termos práticos a constituição de uma sociedade mais igualitária. Pelo contrário, historicamente, temos longos períodos em que o desenvolvimento econômico é claramente concentrador de renda, e, no curto prazo, pode mesmo implicar em deterioração desses padrões. Mas, já que estamos usando um conceito histórico ao invés de normativo, estes não serão motivo para se deixar de reconhecer o fenômeno como sendo desenvolvimento econômico. Em um prazo maior ou menor esse desenvolvimento acabará implicando na melhoria dos padrões de vida médios. Os muito pobres e destituídos poderão, por longo tempo, em nada se beneficiar do desenvolvimento; mesmo os trabalhadores semiqualeificados poderão também ser excluídos dos frutos do desenvolvimento enquanto houver oferta abundante de mão-de-obra rebaixando os salários. O desenvolvimento econômico poderá, portanto, ser extraordinariamente injusto (BRESSER-PEREIRA, 2006).

O desenvolvimento é considerado por Furtado a única probabilidade de garantir a humanização da vida da maioria dos brasileiros. Está em jogo, para ele, mais do que o problema do país atingir os patamares de riqueza baseados em índices formais. Sua preocupação é com a transformação global da sociedade, com a incorporação de padrões institucionais, culturais e econômicos que nos aproximem da concepção de modernidade. (MENDES, 2004, p. 9).

Lembrando que seguidamente a idéia de desenvolvimento é reduzida à de modernização e, em consequência disso, os países do Terceiro Mundo são julgados à luz dos padrões dos países desenvolvidos, todos de modernização precoce. Este etnocentrismo conduziu à aplicação no mundo inteiro de um modelo único de modernização e, portanto, a ver "em atraso" os países "subdesenvolvidos". A fronteira entre modernização e desenvolvimento nem sempre foi explícita e clara. A primeira sugere a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; enquanto a segunda se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. Portanto, a modernização é um processo e desenvolvimento uma política. Esse modelo único levou muitos países a

escolher, de um lado, a racionalização e, portanto, a separação funcional do domínio econômico, racionalizado, e a vida privada, colocando entre os dois um espaço político aberto e um mercado forte; e, de outro, um aprofundamento no anti-desenvolvimento para escapar do subdesenvolvimento, ou seja, em uma recusa ao “modelo” desenvolvimentista imposto, muitas vezes caindo no isolamento, na defesa pura e simples de identidades culturais, na contracultura. Mas a idéia de desenvolvimento induz ao conhecimento de vias sinuosas e múltiplas da modernidade. (BECKER, 1997, p.19).

Todavia não se pode esquecer que muitas são as limitações que retardam o processo de desenvolvimento, sendo fundamental que tanto o povo como seus líderes sejam conscientes da importância que a educação tem em nível de estruturação política e econômica de um país. Apesar de muitos governantes ignorarem esta verdade, o povo jamais deverá renegar a importância que a sua contribuição possui, assim como ter a plena consciência das dificuldades existentes.

Indiscutivelmente, todo país que pretende desenvolver-se efetivamente deve ter como ponto de apoio um planejamento eficiente, baseado na realidade em que vive nos problemas que surgem em relação ao crescimento demográfico, ao sistema produtivo, aos recursos disponíveis e aos programas de política existentes.

O planejamento significa ação conjunta e teorização, o que implica na reflexão do que se faz a definição do que deve ser realizado em grupo com o intuito de que haverá dissipação positiva em relação a toda a estrutura econômica e social. Neste caso, os recursos disponíveis no momento devem ser direcionados as prioridades que estarão sendo discutidas assim como deverá haver cautelosa prescrição em relação aos riscos que cada decisão poderá ocasionar.

Lembra Furtado (1974, p. 77) que:

Uma observação mesmo superficial da historia moderna põe em evidencia que formações sociais assinaladas por grande heterogeneidade tecnológica, marcadas desigualdades na produtividade do trabalho entre áreas rurais e urbanas, uma proporção relativamente estável da população vivendo ao nível de subsistência, crescente subemprego urbano isto, é, as chamadas economias subdesenvolvidas estão intimamente ligadas à forma de como o capitalismo industrial cresceu e se difundiu desde os seus começos.

O processo de desenvolvimento tecnológico, de certa forma é responsável por inúmeros problemas relacionados com o desemprego, o qual ocasiona outro problema, interligado ao anterior, pois a demanda populacional encontra-se significativamente maior nos centros urbanos enquanto que o mercado de trabalho passa a ser cada vez mais restrito, fazendo com que a renda econômica permaneça neste ambiente.

As mudanças tecnológicas podem ser caracterizadas, como o impacto sobre as proporções utilizadas dos diferentes fatores de produção.

Na lição de Hicks se teria três tipos básicos de progresso tecnológico: poupança de mão-de-obra quando a produtividade do capital aumenta em relação à da mão-de-obra, levando o produtor a usar mais capital em relação ao trabalho na nova tecnologia; poupador de capital, quando simetricamente, a produtividade da mão-de-obra aumenta relativamente à do capital, levando o produtor a utilizar uma quantidade menor de capital em relação ao trabalho na nova tecnologia e neutro quando as produtividades dos dois fatores permanecem constantes em termos relativos (LANGONI, 1976, 157).

A relevância do progresso tecnológico no processo de desenvolvimento econômico é notória, os benefícios de qualquer inovação deveriam ser em última análise, atribuídos à acumulação original de capital humano que permite o desenvolvimento do know-why (ciência) e de sua transformação no *Know-how*.

Toda esta situação evidencia a necessidade de uma reestruturação nos processos de industrialização e desenvolvimento econômico. Destaca-se ainda que este processo de alienação pelo setor industrial é reflexo direto da revolução industrial, onde produzir em escala superior era um propósito a ser atingido e por outro lado a necessidade de promover novos padrões de consumo, ou seja, a ampliação do mercado consumidor.

Como descreve Furtado (1984, p.10):

A elevação de produtividade e a modificação nas formas de consumo, sem assimilação concomitante de progresso tecnológico, nos processos produtivos, constituíam em realidade o ponto de partida da formação das estruturas subdesenvolvidas.

Em uma ótica crítica pode-se dizer que modernizar não representou uma característica ampla de desenvolvimento social, mas demonstrou que a população passou a disseminar este hábito de consumo, enquanto que, apenas uma parcela muito pequena, consegue usufruir tais bens.

Já nos países desenvolvidos existe toda uma estrutura de apoio que caracteriza o complexo de inovações tecnológicas, fundamentais à forma capitalista de governo que, em âmbito mundial preserva as relações de dominação dos países subdesenvolvidos; é como se estes encontrassem em situação de dependência estrutural, com pouco ou quase nenhuma liberdade de decisão econômica.

O Brasil, neste contexto encontra-se inserido em uma política capitalista onde desenvolvimento representa a introdução de uma série de medidas de controle do setor público, econômico e industrial.

Analisando a história da indústria brasileira Baer (1983), argumenta que devido às características da política mercantilista portuguesa, que colocava obstáculos ao desenvolvimento industrial, até a segunda década do século XIX, a economia do Brasil dependia basicamente da exportação de produtos primários. Durante a maior parte da monarquia (1822 – 1889) a política comercial baseou-se no livre-cambismo, sendo que os senhores de terra e os comerciantes do litoral eram a classe dominante.

Acrescenta o autor, que ainda na segunda metade do século XIX, ocorreram tentativas mais consistentes de industrialização, com iniciativas como a construção da primeira estrada de ferro. Nesse período, muitas empresas se beneficiam com a proteção tarifária imposta pelo governo. Com a abolição dos escravos, em 1888, houve maior impulso devido ao êxodo para a cidade de fazendeiros que passaram a se dedicar ao comércio e à indústria. Mas, foi com a expansão da cultura cafeeira, no final do século XIX, que foram criadas condições para o início da industrialização, beneficiada com a vinda de imigrantes e maior disponibilidade de recursos para financiamento das indústrias emergentes.

Durante a década de 20 ocorreram importantes investimentos em maquinaria no país que resultaram em uma modernização da indústria brasileira. Contudo, com a crise do setor cafeeiro do final da década, a indústria tornou-se o principal fator de crescimento do país a partir da Grande Depressão dos anos 30.

Portanto, a crise do setor exportador brasileiro foi o grande estímulo para a intensificação do processo industrial que se iniciou ainda no final do século XIX (LACERDA et al, 2002).

A Primeira Guerra Mundial propiciou ao Brasil maiores oportunidades de desenvolvimento para as indústrias, quando as potências capitalistas, momentaneamente, sustaram o fornecimento de manufaturas, deixando um espaço vazio que deu origem ao processo de “substituição das importações.” Nessa fase, a industrialização ganhou corpo e se firmou. Porém é preciso acentuar que a industrialização assim empreendida não se difundiu igualmente por todo o Brasil. Ao contrário, concentrou-se em São Paulo, que se tornou o estado mais industrializado. Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, a hegemonia industrial de São Paulo era um fato consumado (FAUSTO, 2007).

No início da década de 50 a industrialização brasileira era alicerçada exclusivamente na indústria de consumo ou leve, apresentando empreendimentos centrados na produção de bens perecíveis e semiduráveis, destacando-se particularmente as indústrias têxtil, alimentar, gráfica, editorial, de vestuário, fumo, couro e peles; de outro, empresas inteiramente nacionais, normalmente gerenciadas pelo núcleo familiar proprietário. É a partir de 1953 que começam a estruturarem-se as linhas de uma política de desenvolvimento mais ampla, voltada, também, a implantação da indústria pesada, produtora de bens duráveis de consumo, bens intermediários e bens de capital (FAUSTO, 2007).

Considerando o exposto, pode-se inferir que existem três teorias referentes à economia brasileira que caracterizam o processo de industrialização no país. São elas: 1) da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), que popularizou a expressão industrialização por substituição de importações, dominando o ambiente cultural de 1955 a 1964; 2) a teoria da dependência, que teve grande aceitação no período seguinte ao golpe militar, enfatizando a subordinação da industrialização aos interesses do centro do sistema capitalista, e 3) a teoria dos ciclos econômicos, com grande aceitação recente, reconhece o enorme dinamismo do processo de acumulação capitalista brasileiro (FURTADO, 1981).

As idéias da CEPAL, no Brasil, surgiram nitidamente influenciadas pelo processo de industrialização e seus respectivos problemas decorrentes. Problemas industriais foram se instalando em todas as cidades portuárias brasileiras, desde

Belém do Pará e São Luís do Maranhão até o Porto de Rio Grande, criando uma nova realidade no interior da economia primário-exportadora.

Tem-se que a política da CEPAL confunde-se um pouco com o nacional-populismo das décadas de 30, 40 e 50. Sendo assim, para acabar com a suposta exploração do centro-periferia, mister se fazia produzir manufaturas, como o centro fez no final do século XIX, fazendo-se, então, uma estratégia de substituição das importações.

Velloso e Fritsch (1986) fazem uma análise do progresso de industrialização dos anos 50 destacando alguns problemas: desestímulo às exportações de produtos agrícolas, desenvolvimento de indústrias calcadas em transporte rodoviário dependente de petróleo. Como consequência, verifica-se no final dos anos 50 forte crise cambial, inflação, instabilidade política, déficit público e exaustão da infraestrutura.

Para Velloso e Fritsch (1986) a preocupação dos anos 50 e 60 foi, portanto, reorganizar e estruturar o papel do Estado, aumentando a sua área de atuação por meio de investimentos em energia (hidrelétricas, petróleo), comunicações (principalmente correios e telefonia), siderurgia, exploração mineral, transporte e saneamento básico. Na área financeira, o Estado desenvolve uma estrutura de captação de recursos sem comparação com outros países da América Latina: são criados o Banco Central (BACEN), Banco Nacional de Habitação (BNH) e diversos bancos de desenvolvimento estaduais e regionais.

Durante a segunda metade da década de 60 e a primeira dos anos 70 a industrialização tinha deixado de ser um processo autônomo para ser associado, num tripé constituído pelas multinacionais, estatais e empresas nacionais, como no caso da indústria automobilística, onde as estatais se encarregavam nas chapas de aço, as empresas nacionais eram fornecedoras de autopeças e as multinacionais eram montadoras e detinham a liderança (FURTADO, 1981).

A década de 70 caracterizou-se pelo “milagre econômico” (1968-1974) onde a força do dinamismo industrial brasileiro pôs a economia em marcha forçada para a nova substituição de importações, dos insumos básicos e dos bens de equipamentos pesados. Este processo foi alicerçado na disponibilidade externa de capital.

Entretanto, no final da década de 70, a alta internacional dos juros e a crise de petróleo desaceleraram a expansão industrial brasileira. A inflação começa a se elevar. Há um grave problema de poupança do Estado com alta dívida externa e interna, provocando uma crise financeira, ou seja, o déficit público gera a necessidade de maior endividamento do setor público, elevando os juros internos, forçando a elevação da inflação, isto por sua vez ocasionava uma escala real das receitas públicas e enfraquecimento das finanças públicas, realimentando o ciclo (VELLOSO; FRITSCH, 1986).

A partir da década de 80, o país entra em uma crise provocada pela elevação internacional dos juros e pela crise do petróleo que leva o país ao desequilíbrio no balanço de pagamentos e ao descontrole da inflação.

Os anos 90 foram marcados pela abertura comercial brasileira ao capital internacional e pela privatização de grande parte das empresas estatais. Houve retração econômica e retração do crescimento industrial que ocorreu no início daquela década.

Em contrapartida os mecanismos internos acabaram por provocar a concentração funcional da renda em benefício do capital e, considerando o baixo nível de salário da população, os mesmos viam-se incapacitados de adquirir bens de consumo, ocasionando um desequilíbrio estrutural.

Não se pode esquecer que as mudanças econômicas e sociais em curso em quase todas as nações são processadas, tendo em vista a necessidade de assegurar a sobrevivência e a expansão do capitalismo em cada país e em todo o mundo no contexto da estratégia de globalização. Estas mudanças deverão promover, de um lado, a integração da economia mundial, inicialmente, através de blocos e, posteriormente, a globalização propriamente dita e, de outro, rupturas ou fragmentações no plano social (ALCOFORADO, 1997).

No Brasil buscou-se conciliar a busca pelo desenvolvimento com a urgente necessidade de estabilização econômica. Juntamente com isso a globalização econômica impõe ascensão das técnicas modernas de produção e fez com que o país permitisse cada vez mais altos investimentos estrangeiros, além do que, as poucas empresas nacionais acabaram sendo vendidas para o capital estrangeiro, visto a impossibilidade de competir.

Ricardo Petrella (apud ALCAFORADO, 1997), afirma que o processo de desenvolvimento coloca como exigências, a necessidade de:

- Mundializar as finanças, o capital, os mercados, as empresas e as estratégias;
- Adaptar os sistemas produtivos à revolução científica e tecnológica em curso nos domínios energético, dos materiais, da biotecnologia e, sobretudo, da informação e da comunicação;
- Fazer com que cada indivíduo, cada grupo social, cada comunidade territorial trabalhe na perspectiva de se tornar melhor, mais forte, ganhadora. O princípio da cooperação entre indivíduos, grupos sociais e comunidades são substituídos pelo da competição;
- Liberalizar os mercados nacionais para construir um mercado mundial único onde a circularão livremente mercadorias, capitais, serviços e pessoas.
- Desregulamentar os mecanismos de direção e de orientação da economia. Neste caso deixaria de ser dos cidadãos, isto é do Estado democrático, através das instituições representativas eleitas, o poder de fixar normas e princípios de funcionamento e sim do mercado. Competiria ao estado em criar o ambiente geral mais favorável à ação das empresas; e
- Privatizar setores inteiros da economia, tais como de transportes urbanos, saúde educação, bancos, seguradoras, cultura, distribuição de água etc.

É evidente que mudanças desta magnitude tendem a produzir instabilidades muitas vezes incontroláveis nos planos político e institucional de vários países. O caos social que se vive hoje é o prenúncio de que mudanças sociais e econômicas atualmente em curso sofrerão grandes resistências no futuro a não ser que se formulem novas estratégias, que visem compatibilizar os objetivos da população com os interesses do capital.

## 2.3 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

“O Brasil não é um país pobre”, comparativamente à renda per capita de outros países está à frente de 2/3 destes, o que temos no país, na verdade, é um problema de distribuição de renda.

Neste trabalho, considera-se a renda domiciliar *per capita* aquela obtida somando todas as rendas disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD<sup>2</sup>, tanto monetárias como não monetárias, de todos os indivíduos no domicílio e dividindo pelo número de membros no mesmo domicílio. Nenhuma renda foi imputada e não foi usada nenhuma escala de equivalência. Em outras palavras, não foi usado artifício algum para alterar as rendas captadas na PNAD (SOARES, 2006).

Por distribuição de renda entende-se a forma como a renda é distribuída pelos habitantes de um país ou região. Assim pode-se afirmar que:

Distribuição de renda é uma estatística, é a medida da variabilidade de rendimento entre os cidadãos. Índices como o Coeficiente de Gini traduzem esta medida em um único número. Um Coeficiente de Gini igual a zero significaria que todos têm a mesma renda, um coeficiente igual a um significaria que uma pessoa tem toda a renda do país (DISTRIBUIÇÃO, 2009, p. 1).

Vale lembrar aqui, os conceitos de distribuição pessoal e funcional de renda e de pobreza, para melhor compreensão deste estudo.

A distribuição funcional da renda é a forma como se distribui, dentre os fatores alocados na produção de um determinado bem ou conjunto de bens, a renda que é obtida pelo resultado dessa produção. Ou seja, é a distribuição do produto nacional entre proprietários de terra, donos do capital e trabalhadores. Já a distribuição pessoal de renda é a forma como se distribui a renda do trabalho resultante como contrapartida do emprego da força de trabalho. (BOING, 2009).

---

<sup>2</sup> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) é a mais importante fonte anual de informações sobre a realidade social brasileira. Trata-se da única pesquisa com abrangência nacional e periodicidade anual contendo informações sobre o bem-estar da população brasileira. A pesquisa coleta informações de cerca de quatrocentos mil indivíduos em cem mil domicílios, cobrindo as áreas de população, fecundidade, migração, educação, trabalho e rendimento. Pode-se pensar na Pnad como o equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) para a realidade socioeconômica do país (SOARES, 2006).

A noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família. Essa privação pode ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva. A identificação dos pobres, segundo a definição adotada, e a medida agregada da extensão da pobreza numa sociedade tem constituído um campo de pesquisa tão amplo quanto antigo (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

Em termos genéricos, as causas de uma distribuição desigual da renda devem pertencer a pelo menos quatro grupos conceitualmente distintos de fatores. O primeiro grupo é o demográfico, que abrange dados sobre a coletividade como tamanho, distribuição territorial, mudança de uma população, incluindo decisões de formação de domicílio, de fertilidade, de co-habitação ou separação domiciliar (FERREIRA, 2000).

O segundo grupo compreende o educacional, que pressupõe a existência de diferenças entre indivíduos no que diz respeito a características individuais adquiridas em nível educacional (FERREIRA, 2000).

O terceiro grupo refere-se aos mecanismos através dos quais o mercado de trabalho, principal canal de transformação das características individuais em renda, age sobre os dois grupos de características acima, transformando-as em diferenças no rendimento do trabalho. Este grupo, por sua vez, se divide em três canais também conceitualmente distintos:

Por *discriminação*, entende-se a diferença de remuneração entre dois postos de trabalho idênticos, ocupados por trabalhadores com produtividades idênticas, com base em alguma característica observável do trabalhador, cujo efeito sobre a produtividade daquela combinação de posto e trabalhador seja nula. Por *segmentação* entende-se a diferença de remuneração entre dois postos de trabalho distintos, ocupados por trabalhadores idênticos, com base em características do posto de trabalho, apesar das produtividades daquelas combinações de posto e trabalhador serem idênticas. Por *projeção*, o terceiro canal de transmissão do mercado de trabalho, entende-se a geração de retorno às características observadas do trabalhador, dado o posto de trabalho (FERREIRA, 2000, p. 7).

O quarto grupo de determinantes da renda refere-se às políticas sociais, que podem ser definidas como um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que direcionam (ou redirecionam) os rumos dos investimentos na escala social e

produtiva da sociedade, resultantes da dinâmica do jogo de forças no âmbito das relações de poder, constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil (BONETTI, 1999). Assim, é função do governo formular políticas sociais para enfrentar os dois problemas que freqüentemente aparecem misturados: a pobreza e a desigualdade de renda.

### **2.3.1 Distribuição de renda no Brasil: Síntese histórica**

Observa Hoffmann (2001) que ao tratar da distribuição de renda, historicamente tem-se David Ricardo como um dos precursores a estudar este tema em torno da economia política. De acordo com este autor, dividir-se-ia a renda total entre os grupos sociais de acordo com sua respectiva participação no processo de produção. Para tanto, ele definiu três classes sociais: uma com os proprietários da terra, outra com os que possuíam capital e por fim uma com os trabalhadores. Onde nesse caso, a renda do trabalhador era baseada apenas no que era necessário para sua subsistência. A renda do proprietário de terra seria definida pela diferença entre os custos e o preço de venda da produção. E o capitalista ficaria com a parte do lucro, resultado relativo entre o preço e o que foi gasto com a renda da terra, salários, entre outros.

Karl Marx trouxe modificações na teoria de Ricardo, usando como método a mais-valia e sistema de exploração de mão-de-obra. Para Marx, o processo de repartição se daria através de dois mecanismos, onde num primeiro momento, devido à negociação de salários, ocorre uma disputa da renda entre o capitalista e o trabalhador. A partir de então, já tendo a mais-valia livre de intervenção dos trabalhadores, tem-se outra situação, onde os capitalistas irão dividir entre eles o lucro líquido, os juros e a renda da terra (FURTADO, 1974).

Em comparações internacionais, os países latino-americanos em geral, e mais particularmente o Brasil, destacam-se pela elevada desigualdade da distribuição da renda. A explicação dessa desigualdade teria de ser procurada na formação e evolução econômico-social dessas antigas colônias de Portugal e Espanha. Um aspecto fundamental foi, sem dúvida, a elevada concentração da posse da terra, especialmente quando a economia desses países tinha como núcleo a produção e exportação de produtos primários. (HOFFMANN, 2001)

No caso do Brasil, Furtado (1974, p.52) destaca a extrema concentração da renda na economia açucareira colonial. Observa o autor, ao analisar as conseqüências da abolição do trabalho escravo que "praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda".

Fernandes (2007) também concorda que o perfil de distribuição de renda da sociedade brasileira sempre foi, historicamente, concentrador. Desde os primórdios da colonização, a produção na forma de *plantation* (mão-de-obra escrava, latifúndios, produtos voltados para a exportação), caracterizou a construção da exclusão social. Tal perfil está diretamente relacionado com as estratégias de desenvolvimento adotadas nos diversos momentos de nossa história, inclusive na aceleração da industrialização, a partir da década de 1930.

Tem sido repetida, com certo risco de banalização de seu sentido, a tese de que os persistentes e amplos padrões de concentração e desigualdades de renda e de qualidade de vida vigentes no Brasil se devem ao seu passado escravista e ao modo "incompleto" como se deu a emancipação dos escravos (UNESCO, 2004).

Como destacam Gremaud, Vasconcelos, Toneto Jr. (2004) o que explicam a má distribuição de renda no Brasil, por um lado, são os condicionantes históricos que não podem ser esquecidos. Na colônia, as terras foram distribuídas em grandes latifúndios, aos quais poucos tiveram acesso, e isto, não foi reformulado depois da Independência ou da Proclamação da República. Durante trezentos anos, houve escravismo no país, e quando os escravos foram finalmente libertados, sua situação sócio-econômica era precária. Por outro lado, o próprio processo de industrialização por substituição de importação tem um cunho concentrador, à medida que foram adotadas tecnologias que utilizavam mais intensamente o fator capital em vez da mão-de-obra, isto num país onde a intensidade relativa da mão-de-obra é superior à do capital.

Contudo, isto não é pacífico, Conceição Tavares e outros estudiosos afirmam que o padrão industrial da segunda revolução era generoso em emprego e que a industrialização cumpriu à sua parte neste quesito o que não se confunde com os problemas agrários estruturais e a carência de uma reforma agrária pro capitalista como em outras experiências.

A Revolução de 64 evidenciou a concentração na questão da distribuição de renda no Brasil revelando que “havia expansão econômica acelerada sim, mas seus frutos estavam sendo apropriados de maneira extremamente desigual. À velha pobreza no campo, somava-se uma nova pobreza urbana, visível a olho nu nas grandes cidades” (HENRIQUE, 1999, p. 6).

Ao falar da distribuição de renda no Brasil Gremaud, Vasconcelos e Toneto Jr. (2004) afirmam que nas décadas de 60 e 70 ocorreu uma deterioração, e várias explicações surgiram:

- Atribuiu-se à política econômica do governo: política salarial de arrocho e do desmantelamento da estrutura sindical e de diversos órgãos da chamada sociedade civil que procuravam garantir a proteção dos assalariados e das classes menos favorecidas;

- Em função do próprio crescimento acelerado: causando distúrbios em vários mercados, notadamente no mercado de trabalho, em que houve crescimento relativo da demanda por trabalhadores qualificados em relação aos trabalhadores sem qualificação;

- Forma funcional do mercado: onde a concentração de renda se fazia necessária para elevar o nível de poupança e investimentos no país, a chamada “teoria do bolo”, onde o bolo precisava crescer primeiro, para depois ser repartido.

Em relação à forma como a renda estava distribuída na década de 60 e 70, ela podia ser vista de vários ângulos como a distribuição setorial, regional e pessoal:

- Distribuição setorial da renda: a participação de cada setor da economia no produto agregado. O setor de serviços gera aproximadamente 50% da renda; a indústria, 35 a 40% e a agricultura, 10 a 15%;

- Divisão regional da renda: participação de cada uma das regiões na renda global do país. Existe concentração na região Sudeste e Sul;

- Divisão pessoal da renda: reflete o grau de concentração de rendimentos entre os residentes do país, divididos entre grupos de população, dos mais pobres aos mais ricos.

De acordo com Teixeira (2002) nos anos 60,

[...] antes do período de início da industrialização em larga escala do país, no governo JK Naquele ano, os 10% mais pobres da população receberam 1,9% da renda total, enquanto os 10% e os 1% mais ricos receberam, respectivamente, 39,6% e 11,9% da toda a riqueza produzida no país.

Em meados da década de 70, à medida que avançava a crise econômica no governo Geisel, foi se estabelecendo um divisor de águas cada vez mais claro quanto à distribuição de renda:

Num país que não podia mais se denominar pobre, a reprodução de um elevado grau de pobreza passou a expressar uma situação extrema de desigualdade no capitalismo. Mas não se tratava apenas de um quadro de desigualdade entre uma massa de pobres e uma minoria privilegiada, numa simples contraposição entre riqueza e pobreza. O pólo de opulência era marcado por forte concentração de renda e propriedade num núcleo ainda menor, assim como diferenças de inserção ocupacional, de nível de rendimento e de condições gerais de vida cindiam a massa de trabalhadores e de inumeráveis pobres. Criou-se uma massa heterogênea de trabalhadores manuais, na qual aqueles com maior qualificação e tempo de serviço inseridos nas empresas de porte maior e nas atividades públicas ou então nos serviços articulados às camadas ricas puderam muitas vezes se distanciar da pobreza mais visível. Mas uma distância muito maior os separava do pólo da opulência (HENRIQUE, 1999, p. 9).

Analisando a estrutura de ocupações e rendas em 1980, Henrique (1999, p. 111) afirma que:

- a) Cerca de 12,5 milhões, um pouco menos de 30% da PEA, de ocupados manuais ingeridos na agricultura, permaneceram nas mais baixas posições de renda da sociedade 0,40 da renda média nacional. 39% deles no trabalho assalariado e 61% no trabalho por conta própria No trabalho por conta própria, notava-se a persistência de um segmento pauperizado: 52% dos produtores sem instrução e com o uivei de renda média mais baixo de todos os ocupados do país. No trabalho assalariado, predominavam salários muito baixos, sobretudo no trabalho não-qualificado. Os trabalhadores agrícolas não- qualificados tinham uma renda média semelhante ã do trabalho doméstico — 0,38 e 0,27 da renda media nacional respectivamente (qualificados 0,68);
- b) Havia cerca de 17,2 milhões (quase 40% da PEA) de trabalhadores manuais nas atividades urbanas, com um nível de renda média abaixo da média nacional — 0,81. Diferenças importantes de renda estavam estabelecidas entre esses trabalhadores. Tomando várias ocupações em relação à renda média nacional, tínhamos algumas com renda bem abaixo da média nacional (o trabalho doméstico, como mencionamos, correspondia a apenas 0,27); outras com renda entre a metade da média e esse valor (trabalhador na indústria de vestuário — 0,64 trabalhador na construção — 0,76; outros trabalhadores nos serviços pessoais — 0,79; outros trabalhadores industriais — 0,80; vendedor ambulante — 0,84), algumas superiores á média nacional (trabalhador na metalurgia — 1,12 vezes, trabalhador na. indústria mecânica 1,16, trabalhador em transporte 1,27).

Lembrando que a concentração da distribuição de renda pessoal aumentou, mas a presença de fortes desigualdades com elevada incidência de pobreza tornou-se uma questão nacional, ainda que tenham perdurado os contrastes sócio-econômicos entre as regiões do país.

No final da década de 90, 793 mil pessoas mais ricas do país (1%) receberam R\$ 120,1 bilhões (12.5%), ou seja, R\$ 151,4 mil por ano, cada uma delas, ou R\$ 12,6 mil por mês. As 7,93 milhões de pessoas mais pobres do país (10%) receberam R\$ 9,6 bilhão (1%), ou seja, R\$ 1.211,60 por ano, cada uma delas, ou R\$ 101,00 por mês, menos de um salário mínimo.

Em síntese, a renda total dos 10% mais ricos da população equivale aos rendimentos obtidos por cerca de 80% da população economicamente ativa (TEIXEIRA, 2002). Portanto, esta questão da desigualdade perdura no país há décadas. Os dados de 1999 são piores do que os da década de 60, o que evidencia que nos últimos 40 anos, a injustiça distributiva só aumentou.

Ao analisar o atual padrão de distribuição e renda no Brasil, Fernandes (2007) reporta-se a nossa estratégia de desenvolvimento a partir da industrialização que determinou esse processo. Uma vez que é a concentração de renda no Brasil não é derivada de apenas um governo em particular, mas resultante da forma como se materializou a industrialização no Brasil, redundando na crise da década de 1980.

Tradicionalmente, os estudiosos do assunto baseiam suas análises sobre concentração de renda, observando a evolução dos índices de Gini e T de Theil. Baseados nestes dados, e mesmo revelando diversas distinções valorativas, muitos estudiosos apontam para a estabilidade ou para pequenas alterações. Inobstante a isso todos parecem concordar que no período em estudo não ocorreram nem melhoras nem pioras significativas, num quadro histórico e originalmente ruim na distribuição de renda.

A Tabela 1 mostra evolução de várias medidas da desigualdade da distribuição da renda na PEA, no Brasil e nas seis regiões, de 1992 a 2001. Evidencia o T de Theil, que é uma medida de desigualdade mais sensível ao que ocorre na cauda superior da distribuição.

Tabela 1 - Índice T de Theil da distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas com rendimento. Brasil e seis regiões, 1992-2001

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	MG+ES+RJ	SP	Sul	Centro-Oeste
1992	0,692	0,604	0,735	0,671	0,544	0,667	0,881
1993	0,808	0,764	0,926	0,783	0,673	0,748	0,849
1995	0,710	0,701	0,783	0,702	0,583	0,649	0,701
1996	0,698	0,648	0,808	0,678	0,564	0,635	0,748
1997	0,703	0,689	0,779	0,699	0,562	0,609	0,786
1998	0,697	0,663	0,783	0,680	0,563	0,626	0,752
1999	0,666	0,613	0,763	0,633	0,534	0,614	0,724
2001	0,680	0,634	0,742	0,641	0,593	0,594	0,719

Fonte: Hoffman (2002)

No âmbito internacional, o Brasil ocupa uma posição extremamente desfavorável no conjunto dos países quanto à distribuição de renda, como mostra tabela 2.

Tabela 2 - Indicadores de Distribuição de Renda ou Consumo 31 países selecionados – diversos anos.

País	Data da pesquisa	Índice de Gini	10% mais pobres	40% mais pobres	10% mais ricos
África do Sul	1995	0,593	0,7	6,3	46,9
<b>Brasil</b>	<b>1998</b>	<b>0,591</b>	<b>0,5</b>	<b>7,7</b>	<b>46,7</b>
Chile	2000	0,571	1,2	9,9	47,0
México	2000	0,546	1,0	10,3	43,1
Argentina	2001	0,522	1,0	10,3	38,9
Peru	2000	0,498	0,7	11,2	37,2
Venezuela	1998	0,491	0,6	11,4	36,3
Costa Rica	2000	0,465	1,4	13,1	34,8
Bolívia	1999	0,447	1,3	13,2	32,0
China	2001	0,447	1,8	13,7	33,1
Tailândia	2000	0,432	2,5	15,6	33,8
Cingapura	1998	0,425	1,9	14,4	32,8
Estados Unidos	2000	0,408	1,9	16,1	29,9
Portugal	1997	0,385	2,0	16,8	29,8
Nova Zelândia	1997	0,362	2,2	17,8	27,8
Reino Unido	1999	0,360	2,1	17,5	28,5
Itália	2000	0,360	2,3	18,5	26,8
Austrália	1994	0,352	2,0	17,9	25,4
Canadá	1998	0,331	2,5	19,7	25,0
Suíça	1992	0,331	2,6	19,6	25,2
França	1995	0,327	2,8	19,8	25,1
Holanda	1994	0,326	2,8	20,0	25,1
Espanha	1990	0,325	2,8	20,1	25,2
Índia	1999-2000	0,325	3,9	21,4	27,4
Coréia	1998	0,316	2,9	21,5	22,5
Alemanha	2000	0,283	3,2	22,2	22,1
República Tcheca	1996	0,254	4,3	24,8	22,4
Bélgica	1996	0,250	2,9	22,4	22,6
Suécia	2000	0,250	3,6	23,1	22,2
Japão	1993	0,249	4,8	24,8	21,7
Dinamarca	1997	0,247	2,6	23,0	21,3

Fonte: DIEESE (2005).

Conforme Tabela 3, apesar de se situar entre os países de renda *per capita* média, todos os indicadores apontam para uma enorme desigualdade de sua distribuição. Note-se que o Brasil apresenta um dos mais altos Índices de Gini entre os países selecionados (0,591), bem como uma das maiores concentrações de renda na comparação entre a renda apropriada pelos 40% mais pobres e pelos 10% mais ricos.

Distribuir mal a sua renda é uma característica peculiar da sociedade brasileira. Observando a tabela apresenta acima se pode notar que o índice de Gini se manteve estável por muito tempo e tem assegurado a posição do Brasil entre as sociedades mais desiguais do planeta. Apesar de apresentar resses e pequenas quedas o Brasil lidera a América Latina também no quesito desigualdade.

Em função disso, pode-se dizer que o Brasil não é um país pobre, mas um país de muitos pobres. Assim, a desigualdade pode ser considerada o principal problema do país, e deve ser objeto da atenção especial das políticas públicas (DIEESE, 2005).

Segundo Ferreira (2000), a evolução temporal da desigualdade brasileira indica em que cenário ela se desenvolveu. Passando pelo período colonial e pelos demais aspectos já citados neste trabalho nota-se que nas décadas de 1960 e 1970, o índice de Gini apresentou crescimento, tornando-se estável durante os anos 80, com reduções pouco significativas em 1984 e 1986. A ocorrência de hiperinflação fez o índice piorar em 1989, quando atingiu o seu pico durante o fracasso do Plano Cruzado.

A partir de 1992, a estabilização econômica vem acompanhada de redução na desigualdade com o Plano Real, porém, permanece no patamar da década anterior. Há que se notar que ela permanece bastante elevada em comparação com os demais países.

Portanto, ao analisar a distribuição de renda no Brasil não se pode perder de vista a influência do processo inflacionário, conforme afirma Barros e Mendonça (1995). Os avanços metodológicos mostram que a inflação agrava o problema; combatê-la é condição indispensável, mas insuficiente, o crescimento é arma poderosa para a redução da pobreza, mas também insuficiente. É preciso formular políticas próprias para enfrentar a pobreza e a desigualdade.

Importante assinalar que existe uma relação de dupla dependência entre estabilidade, crescimento e distribuição. A estabilidade é necessária para o crescimento, porém este também é condição para a estabilidade. Fazer uma melhor distribuição é mais possível quando aumenta a quantidade daquilo que se pretende repartir; e com a estabilidade fica facilitado o cálculo distributivo, cujo resultado final não se consegue apurar com precisão num quadro de inflação alta (BARROS; MENDONÇA, 1995).

Equilibrar crescimento com igualdade distributiva é um desafio que se impõe a todas às sociedades. A existência desse *trade-off* é sustentada por Mankiw (1998), quando afirma que o crescimento supõe poupança e portanto uma certa concentração, que naturalmente sacrifica a igualdade.

Porém, economistas consagrados como Simon Kuznets e Nicholas Kaldor demonstram que esse *trade-off* pode ocorrer apenas na fase inicial do processo de desenvolvimento, que mais adiante poderá ser substituído por um quadro de equilíbrio distributivo.

O pensamento que domina os economistas do desenvolvimento de crescimento distributivo consiste justamente em se obter redução na desigualdade com aumento da renda domiciliar *per capita* média.

### 3 PLANO REAL: ORIGEM E TRAJETÓRIA

#### 3.1 QUADRO ECONÔMICO BRASILEIRO: DÉCADAS DE 70 E 80

O Brasil possui, desde 1990, um modelo econômico que se diferencia profundamente do verificado entre as décadas de 1930 e de 1970. Em vez da defesa da produção e do emprego nacional, privilegia-se a promoção da integração do sistema produtivo nacional à economia mundial. Dessa forma, o padrão de intervenção estatal perdeu grande parte de sua funcionalidade. Em nome da competitividade, segmentos do setor público desapareceram, outros foram privatizados, concedidos, terceirizados e reformulados (POCHMANN, 2001, p. 23).

Entre 1946 e 1947, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, ocorreu, por exemplo, uma primeira tentativa de rompimento do padrão de intervenção estatal constituído ainda na década de 1930. Nesse período, foi criticado, por um lado, a presença do Estado na economia, associando-a ao Estado Novo (regime autoritário vigente nos anos 1937-1945); e, por outro lado, foi defendido o liberalismo econômico, através do abandono da Coordenação de Mobilização Econômica e do controle de preços verificados entre 1942 e 1945 (POCHMANN, 2001, p. 24).

A segunda tentativa de rompimento com o padrão de intervenção de Estado ocorreu entre 1964 e 1966, durante o primeiro governo autoritário do regime militar, quando ganhou expansão a retórica favorável ao desenvolvimento econômico com ênfase no liberalismo e internacionalismo. Durante o mesmo período de tempo, a política de combate à inflação reuniu o realismo tarifário com a promoção do arrocho salarial, através da manutenção de baixas taxas de expansão econômica

Até o final da década de 1970, a inflação no Brasil permaneceu relativamente estável, em patamares inferiores a dois dígitos. O processo de crescimento das taxas de inflação no Brasil iniciado a partir dos anos 1980, apresentando inflação acima de dois dígitos agravou-se ainda mais, chegando à hiperinflação no início dos anos 1990 (PORSSE, 2004).

A década de 80 foi marcada no Brasil pela estagnação do nível de atividade, por grandes desequilíbrios macroeconômicos e principalmente pela hiperinflação. Como leciona Lacerda et al (2002, p. 153) a economia brasileira atravessou durante

os anos 80, uma profunda crise caracterizada por estagnação econômica e altas taxas de inflação. Na medida em que se tentava conter a inflação e se criavam mecanismos com tais objetivos, acabava-se facilitando a sua aceleração.

Como afirma Pinheiro (1999, p. 19)

O fracasso de uma seqüência de planos heterodoxos de estabilização em curto período de tempo, ou seja, cinco planos econômicos em cinco anos contribuíram para aumentar a instabilidade na economia, intensificando a aceleração da inflação. Tão ou mais importante que a estagnação da indústria foi o atraso tecnológico e a forte redução da taxa de investimento do país.

Em contrapartida, é importante destacar que com a geração de superávits na balança comercial, o Brasil conseguiu enfrentar, ao longo da década de 80 a crise cambial que se iniciou a partir do segundo choque de petróleo e da moratória mexicana.

As desigualdades na distribuição de renda aumentavam a insatisfação dos grupos que, gradualmente, sofreram perdas de seu poder de compra. Os mecanismos de indexação criados a partir dos anos 1980, como forma de se limitar os efeitos nocivos da inflação, conseguiram amenizar as perdas provocadas pelas altas generalizadas de preços, ao mesmo tempo em que permitiam um fortalecimento da inércia inflacionária, ou seja, a inflação do período anterior se repercutia no presente, provocando desigualdades ainda maiores na distribuição de renda que culminariam em uma hiperinflação insustentável (PORSSE, 2004).

A relação entre inflação e indexação vai se tornando de mútua dependência, e vai assumindo uma natureza viciosa (FRANCO, 2004, p. 9). As contas do setor público sofreram uma forte deterioração, como resultado da queda de receitas devido ao baixo crescimento econômico e de uma política expansionista de incentivo e subsídios fiscais, e da estatização da dívida externa.

A década de 80 foi caracterizada também, pelo esgotamento do processo de industrialização por meio de substituição das importações, no qual o estado era força motriz de um diversificado parque industrial nacional, muitas vezes assumindo diretamente a posição de investidor direto. Os déficits públicos crescentes, a dificuldade do Estado em garantir a estabilidade e a provisão de serviços sociais básicos (educação, saúde e segurança) e o ônus imposto por sua agenda de empreendedor direto originaram, ainda na década de 80 um processo de redefinição do papel do

Estado na economia que viria a amadurecer nos anos 90 (PINHEIRO, 1999, p. 36).

Na década de 80 o processo inflacionário brasileiro esteve fortemente condicionado pela crise da economia mundial. A paralisação do fluxo de empréstimos nos bancos privados, a significativa elevação nos preços do petróleo e o forte aumento nas taxas de juros tiveram um efeito devastador na economia, provocando estrangulamento cambial e exacerbando as incertezas cambiais (SIMONETTO; TRICHES, 2007).

Além do impacto direto sobre a formação de preços, através de seus efeitos sobre os custos de produção e as expectativas dos capitalistas, a instabilidade do sistema monetário internacional e a necessidade de promover grandes transferências de recursos do exterior tiveram repercussão bastante negativa sobre a capacidade das autoridades de fazer política monetária e sobre todo o esquema de financiamento da economia brasileira, que historicamente, teve no endividamento externo um dois eixos básicos.

Ao longo dos anos 80, a inflação se deu de maneira assustadora, observa-se que no início dos anos 80 a inflação estava em aproximadamente 85% a.a. ultrapassando em 1989 a casa de 1.000% a.a., situação que se tornou insuportável.

O quadro a 1 evidencia o crescimento da inflação:

Quadro 1 - Taxa da inflação anual (1980-1989).

ANOS	% INFLAÇÃO
1980	110,2
1981	95,2
1982	99,7
1983	211,0
1984	223,8
1985	235,1
1986	65,0
1987	415,8
1988	1.037,60
1989	1782,90

Fonte: Lacerda et al (2002, p. 154)

As tentativas de combate a inflação através de planos econômicos não se revelaram efetivas. Foram diversos planos: Plano Cruzado I, Plano Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão e Plano Collor. Nestas experiências, a inflação foi temporariamente abafada à custa de fortes desequilíbrios nos preços relativos e de violentos movimentos especulativos, que acabaram acentuando as incertezas da economia e desestabilizando ainda mais o padrão monetário.

Além disso, os programas de congelamento revelaram-se cada vez menos eficazes para manter durante algum tempo a inflação em nível baixo. Em todos os casos após o descongelamento a inflação voltou com maior vigor (SAMPAIO JR, 1989).

Neste contexto torna-se pertinente a elucidação de Hoffmann (2002):

O que ocorreu foi que a inflação acelerada contribuiu para aumentar ainda mais a desigualdade da distribuição da renda no país, que atingiu um pico em 1989, no último ano do governo Sarney. Conforme dados da PNAD de 1989, nesse ano o índice de Gini do rendimento das pessoas ocupadas com rendimento atingiu 0,63, colocando o Brasil como o mais desigual dos países do mundo com dados confiáveis sobre a distribuição de renda. A inflação elevada contribuiu para aumentar a desigualdade da distribuição da renda. É necessário reconhecer, entretanto, que a inflação elevada também faz com que as pessoas errem mais ao declarar seu rendimento e isso introduz nos dados um “ruído” adicional que aumenta as medidas de desigualdade. Por outro lado, a desigualdade dos rendimentos declarados não capta as perdas que a inflação causa no valor real dos salários dos pobres após seu pagamento, enquanto os relativamente ricos têm muito mais facilidade de colocar seus rendimentos em fundos bancários, protegendo-os da erosão inflacionária.

Depois da década perdida, evidenciada nos anos 1980, assistiu-se, na década de 1990, à consagração de um desempenho econômico ainda pior. De outro lado, a liberalização econômica, financeira, produtiva e tecnológica frustrou as expectativas quanto à evolução ocupacional. Assim, observa-se um saldo negativo no conjunto das ocupações, considerando-se o decréscimo no nível de emprego nos setores econômicos em que houve a ampliação da presença tanto do capital externo quanto de produtos e serviços importados. Na maior parte das vezes, os recursos provenientes do exterior concentraram-se nas oportunidades especulativas oferecidas pela própria condução da política macroeconômica, através da prática de elevadas taxas de juros. (POCHMANN, 2001, p. 39-40).

Em 15 de março de 1990 Fernando Collor anuncia um pacote econômico, tinha o nome oficial de Plano Brasil Novo, quase nunca utilizado. Plano Collor foi o nome que prevaleceu. Este plano se dividiu em duas fases: Plano Collor I e Plano Collor II.

De acordo com Lacerda et al (2002, p. 187)

O Plano Collor I de março de 1990 combinava confisco dos depósitos e a vista e aplicação financeiras com prefixação da correção dos preços e salários, câmbio flutuante, tributação ampliada sobre as aplicações financeiras e a chamada reforma administrativa que implicou o fechamento de inúmeros órgãos públicos e demissão de uma grande quantidade de funcionários. Já o Plano Collor II foi adotado em janeiro de 1991, em situação de desespero devido à permanência recorrente da inflação. Mais uma vez lançava-se mão de congelamento de preços e salários e da unificação das datas-base de reajustes salários, além de novas medidas de contratação monetária e fiscal.

O Plano Collor integra o grupo de políticas de estabilização que incluíram limitação ou cancelamento da liquidez de haveres monetários (moeda manual e depósitos à vista) ou da conversibilidade de haveres financeiros em moeda, sem referência ao amplo leque de medidas de finanças públicas, política de rendas, política cambial, comércio exterior e administração pública. E foi mais um plano que fracassou. (LACERDA et al, 2002).

Como salienta Pinheiro (1999, p. 38)

No período que antecedeu a junho de 1994 o Brasil teve inflação elevada e crescente déficit fiscal verificado pela necessidade de financiamento do setor público, taxa de câmbio, bastante desvalorizada como reflexo da dívida dos anos 80 e a situação folgada observada pela conta corrente superavitária e reservas internacionais chegando a mais de US\$ 40 bilhões na ocasião do lançamento do plano Real.

Com os planos de estabilização adotados a partir da década de 80 experimentaram-se praticamente todos os mecanismos heterodoxos de estabilização econômica (congelamento de preços, confisco de ativos, mudança de moeda, etc.), sendo que nenhum destes mecanismos fora bem sucedido. O fracasso dos planos heterodoxos de estabilização, implantados no Brasil a partir de meados da década de 1980, pode ser, atribuído, parcialmente, ao fato de não conseguirem

resolver os principais problemas institucionais e estruturais, importantes causas da situação inflacionária no período. Além disto, a perda de credibilidade que o governo vinha sofrendo em razão de cada plano mal sucedido fazia com que, fatalmente, qualquer projeto que viesse a ser implementado já nascesse fracassado, impulsionando, cada vez mais, a retomada da inflação (FRANCO, 2004).

Estes planos econômicos, em geral, não dispunham de mecanismos que corrigissem os desajustes fiscais, monetários e de renda e, em um segundo plano, os desajustes no câmbio e nas políticas de comércio exterior. Quando estes mecanismos existiam, antes mesmo que os ajustes pudessem ser alcançados, a inflação retomava novamente a força e colocava-se novamente em patamares elevados, resultando em um ambiente de recessão, deixando uma lacuna e um desafio ainda maior a ser enfrentado (PORSSE, 2004).

Os congelamentos de preços causavam disparidades consideráveis nos preços relativos e, a partir do momento em que chegavam ao final, provocavam elevações ainda maiores nas taxas de inflação. Não obstante, nestes períodos, a taxa de juros sofria elevações consideráveis, para evitar a dolarização e a hiperinflação. As emissões constantes de moeda, para manutenção dos gastos públicos, fizeram crescer aceleradamente os déficits orçamentários, a dívida pública e a inflação. A combinação de inflação com rolagem da dívida pública teve como principal consequência taxas reais cada vez maiores (MOLLO; SAAD FILHO, 2001).

Segundo Pochmann (2001) nos anos 1990, a cada cinco ocupações criadas, quatro referem-se ao conjunto de trabalhadores autônomos, sem remuneração e assalariados sem registro formal.

Políticas efetivas de combate ao déficit público foram implantadas apenas em 1993, no governo Itamar Franco, com o Programa de Ação Imediata (PAI), de autoria do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso e de vários economistas. O Programa de Ação Imediata visava à promoção do equilíbrio fiscal com redução do déficit público, buscando ainda de resolver o problema de falta de recursos para desempenhar as funções básicas do governo, bem como para obter o investimento indispensável ao desenvolvimento do país (LACERDA et al, 2002).

Portanto, no final de 1994 começou a ser implantado o mais engenhoso plano de combate a inflação, já utilizado no país: o Plano Real.

Dos planos econômicos apresentados anteriormente, pode-se retirar algumas constatações que serviram de marco inicial para a implementação do Plano Real no entendimento de Fernandes (2008):

- a) combater a inflação significa alterar a estratégia de crescimento econômico autárquico e protecionista que estava exaurida em seus instrumentos e formas de financiamento;
- b) a economia, submetida à década de inflação, estava incapaz de perceber o efeito nefasto do déficit público sobre o crescimento econômico;
- c) a passagem para uma economia sem inflação deveria ser precedida de um período em que os preços pudessem flutuar relativamente, a fim de recuperar a capacidade de expressar a realidade da relação de troca;
- d) dentro dessa visão, qualquer congelamento de preços deveria ser evitado;
- e) a manutenção da economia fechada e sujeita a protecionismo preserva o poder de mercado dos monopólios e impede o desenvolvimento tecnológico.

Era, portanto, necessário redefinir o modelo de desenvolvimento nacional para que se conseguisse obter simultaneamente o controle da inflação e a retomada de um novo ciclo de crescimento econômico. E com este implantou-se o Plano Real.

Concebido para interromper um longo período de inflação, o Plano Real acabou se transformando num dos mais importantes acontecimentos econômicos da década de 90, introduzindo mudanças significativas no quadro micro e macroeconômico. Este plano é foco central da seção que segue.

### 3.2 O PLANO REAL

A implantação do plano real deve ser analisada no contexto da evolução histórica do capitalismo que tende a ser cada vez mais mundial e mais financeiro. Essa tendência conflui para um mesmo processo, denominado de globalização financeira.

O regime de globalização financeira na década de 90 era movido basicamente por três fatores interligados:

[...] o acúmulo de um volume crescente de riqueza monetária e financeira, na forma de ativos com diferentes graus de liquidez e denominados em diferentes moedas; a mobilidade crescente desses ativos, propiciada pelo desenvolvimento extraordinário da informática e das telecomunicações, de tal forma que seu movimento foge aos controles dos bancos centrais; e, finalmente, pelo regime de taxas de câmbio flutuantes, que engendram oportunidades extraordinárias de ganhos especulativos. Neste contexto, o próprio ciclo econômico real assume forma errática e passa a ser comandado pelo ciclo de valorização e desvalorização dos ativos financeiros (CORAZZA, 2006).

De acordo com Eichengreen (2000, p. 247) a flexibilidade das taxas de câmbio é uma das principais características do regime de globalização financeira, dadas conseqüências que as mesmas provocam nas demais variáveis econômicas e associa sua intensa oscilação ao incontrolável movimento de capitais.

Foi neste contexto de globalização financeira que o Brasil se inseriu na década de 1990, inicialmente, com o Plano Collor e principalmente com o Plano Real de 1994.

Analisando-se o contexto histórico do Plano Real constata-se que no final do ano de 1993, o Ministro Fernando Henrique Cardoso propôs um novo plano de estabilização, o Plano Real, formulado com bases novas e consistentes, que serviriam para evitar que os erros dos planos de estabilização anteriores se repetissem. Diferentemente da forma de ação dos planos heterodoxos de ação imediata e implantados sem aviso prévio, este novo plano foi amplamente divulgado e teve sua implantação efetivada gradualmente (GREMAUD, VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2004). A seguir apresentam-se as fases deste programa.

### 3.2.1 O Programa

De acordo com Beluzzo e Almeida (2002, p. 363).

Em sua concepção essencial, o Plano Real seguiu o método básico utilizado para dar fim à grande maioria das grandes inflações do século XX: recuperação de confiança na moeda nacional, por meio de garantia de seu

valor externo. A âncora foi, como é amplamente reconhecido, a estabilização de taxa de câmbio nominal, garantida por financiamento em moeda estrangeira e/ ou por um montante de reservas capaz de desestimular a especulação contra a paridade escolhida.

O programa de estabilização obedeceu a três fases: 1) equilíbrio provisório das contas públicas, com o lançamento do Fundo Social de Emergência (FSE), depois transformado em Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), e do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF), precursor da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); 2) instituição de um indexador-referência para preços, contas e contratos – a Unidade Real de Valor (URV); 3) instituição de um padrão monetário com poder aquisitivo estável (o real).

O Desempenho do Plano Real esteve associado à idéia de que o equilíbrio das contas públicas constitui condição necessária para a estabilidade, o que tornou a Fase I a do ajuste fiscal emergencial (OLIVEIRA, 1996).

Gremaud (2002) afirma que a primeira o fase ajuste fiscal tinha como objetivo equacionar o desequilíbrio orçamentário para os próximos anos e impedir que daí decorresse pressões inflacionárias. Esse ajuste baseava-se em três elementos principais: corte de despesas; aumento dos impostos e diminuição nas transferências do governo federal. O primeiro ponto referia-se a implementação do Plano de Ação Imediata (PAI), lançado em meados de 1993, que determinava um corte de gastos da ordem de US\$ 7 bilhões concentrado nas despesas de investimento e pessoal. O aumento de arrecadação se daria, principalmente, pela criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). Esse tipo de imposto tem uma série de vantagens para a União: a facilidade de recolhimento, a ampla base tributária (inclusive as atividades informais) e o fato de não ser compartilhado com as outras esferas de governo. O problema é que se constitui em um imposto em cascata (incide sobre todas as etapas do processo produtivo), desestimula a intermediação financeira e amplia as taxas de juros.

Acrescenta o autor que o terceiro elemento do ajuste fiscal foi a aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE). O FSE seria alimentado por 15% da arrecadação de todos os impostos, sendo que, sob esses recursos, a União não teria que cumprir as vinculações de despesas determinadas na Constituição de 1988.

Portanto, a primeira fase do Plano Real buscou equilibrar o orçamento, impedindo os gastos que excedessem as receitas e criando medidas para elevar a arrecadação, como combate a sonegação, aumento de impostos e a criação de um Fundo Social de Emergência (FSE) que visava um ajuste fiscal temporário, servindo apenas de sustentação enquanto o governo fizesse os ajustes fiscais definitivos. Porém, a falta de vontade política impediu que o Congresso aprovasse as reformas necessárias a esses ajustes, forçando a prorrogação da utilização desses mecanismos, com pequenas modificações e com nova denominação, Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), a vigorar a partir do início de 1996 até 2001 (PORSSE, 2004).

Embora a reforma fiscal não tenha sido concluída nos moldes desejados, algumas das medidas tiveram efeitos negativos para determinados grupos, gerando alguns atritos, principalmente no campo político. No entanto, mesmo tendo problemas em alguns setores, as medidas foram de grande benefício para a sociedade como um todo, no sentido em que conseguiram reduzir a inflação a patamares relativamente muito inferiores.

Na segunda fase, a criação da URV garantiu um mecanismo original de transição da superinflação para um regime de estabilidade e iniciou o processo de reconstrução do sistema monetário, introduzindo a URV como unidade de conta (OLIVEIRA, 1996).

Na visão de Gremaud (2002, p. 470)

A segunda fase começou no final de fevereiro de 1994. Essa correspondia a um novo sistema de indexação, que visava simular os efeitos de uma hiperinflação — encurtamento de prazos de reajustes (indexação diária), substituição parcial da moeda —, sem passar por seus efeitos, e corrigir os desequilíbrios de preços relativos. Para tal, o governo criou um novo indexador, a Unidade Real de Valor (URV), cujo valor em cruzeiros reais seria corrigido diariamente pela taxa de inflação medida pelos principais índices (IGP-M, IPC-FIPE e IPCA - Especial), que passaria a funcionar como unidade de conta no sistema. O valor da URV, nessa fase, manteria uma paridade fixa de um para um com o dólar, ou seja, seu valor seria a própria taxa de câmbio.

Nesta fase, segundo Montoro Filho (1998, p. 497) as mudanças ocorreram basicamente em duas frentes:

[...] de um lado, através da opção pela política de bandas cambiais (que era uma forma de sinalizar que o País não manteria fixa a paridade cambial, como, por exemplo, a Argentina fazia) e desvalorização cambial, embora não-oficial, acompanhando a evolução dos preços por atacado e, de outro, pela utilização de instrumentos que permitissem reduzir o nível de atividade da economia, para diminuir as pressões sobre as importações. Para isso, o Governo adotou uma série de medidas na área monetária (aumento brutal dos depósitos compulsórios, limitação de prazos de financiamento, aumento de juros etc.) cujo resultado final foi uma forte contração de crédito e aumento substancial do custo do dinheiro (em abril de 1995, a taxa de juros para desconto de duplicata chegava a 6% ou 7% ao mês, para uma inflação mensal de cerca de 1%).

Uma série de preços e rendimentos foi convertida instantaneamente em URV — preços oficiais, contratos, salários, impostos etc. —, e os demais preços foram sendo convertidos voluntariamente pelos agentes. Assim, instituiu-se um Sistema bi-monetário em que a URV funcionava como unidade de conta, expressando o preço das mercadorias, mas as transações eram liquidadas em cruzeiro real, que mantinha a função de meio de troca (GREMAUD, 2002).

A URV funcionou como um indexador da economia brasileira. O objetivo foi de promover uma acomodação geral dos preços relativos. Com todos os preços em URV, esperava-se quebrar a inflação inercial, que era expectativa de aumento de preços, sendo uma das mais importantes causas do processo inflacionário. (GALVANI, 1995, p.12).

Ou seja, no momento da transação convertia-se o preço da mercadoria expresso em URV em CR\$ pela cotação do dia da URV. Com isso, a inflação persistia na moeda em circulação (CR\$), mas não na unidade de conta cujo valor era corrigido pela própria inflação da moeda ruim (GREMAUD, 2002).

A URV promoveu o ajuste dos preços relativos da economia, ao contrário do que ocorria nos planos econômicos anteriores, permitindo que se preservasse o equilíbrio econômico e financeiro do público, das empresas e também do governo, ao mesmo tempo em que a memória inflacionária fosse enfraquecendo.

O governo interferiu apenas nos salários, uma vez que deixá-los livre poderia ter implicado em perdas muito grandes para a maioria dos trabalhadores. A conversão dos preços dos bens e serviços ficou a cargo do setor privado, não havendo controle de preços, como foi usado no Plano Cruzado. Porém, houve um

acompanhamento de preços de produtos da cesta básica e dos preços dos serviços públicos.

Assim, conforme Beluzzo e Almeida (2002, p. 364).

Em março de 1994, a equipe econômica promoveu a conversão dos salários pela media e a criação de uma nova unidade de conta, a URV (a união real do valor, ajustada diariamente de acordo com uma media de três índices de preços), para onde convergiram salários (de forma compulsória, os salários foram convertidos pela medida dos últimos quatro meses), preços, contratos e também a taxa de cambio.

Houve uma readequação de preços relativos na economia, sendo usadas as reservas cambiais e a facilitação para as importações de bens importados, inibindo aumentos de preços por parte dos produtores nacionais, que até então mantinham um grande poder de fixação de preços.

Embora pareça tendencioso deixar os preços livres e os salários fixados, na verdade o que ocorreu foi uma readequação dos preços relativos das mercadorias e serviços, sendo que o significativo saldo das reservas, aliado à desregulamentação dos procedimentos de importação, propiciou um forte incremento na oferta (bens importados), que não permitiu aumentos significativos de preços, inclusive de empresas oligopolísticas – caso do cimento, por exemplo. (GALVANI, 1995, p. 13).

Quanto ao câmbio, a URV manteve paridade com o dólar, mas não fixa, uma vez que o valor da URV era corrigido em Cruzeiros Reais, em função da variação de três índices de preços: o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC-A) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da FGV (Fundação Getúlio Vargas) (UNIMONT, 2006).

Baer (2002, p. 221-22) explica que a URV “consistia em um indexador (...) atrelado ao dólar americano numa base de um por um. Segundo a inflação predominante, a cotação da URV em Cruzeiros Reais aumentava todos os dias, acompanhando a taxa de câmbio”. Dada esta característica, para Mollo e Saad FILHO (2001, p. 35-6) “a URV atrelada ao dólar dava um referencial ao conjunto de

preços melhor do que o anterior tão instável e, com isso, permitia maior resistência ao crescimento dos preços por parte dos consumidores”.

Embora a URV tenha sido a fase mais engenhosa do programa, seria o lançamento do Real, resultando taxas baixas de inflação, que haveria de conferir maior popularidade ao programa. Isto porque, com a redução abrupta do ritmo de crescimento dos preços observada nesta fase, reduzia-se significativamente o imposto inflacionário, cuja incidência recaía preponderantemente sobre as camadas pobres da população. Com a criação da nova moeda, o Real, completou-se a reconstrução formal do sistema monetário iniciada pela URV (OLIVEIRA, 1996).

Após alguns meses de economia indexada pela URV, os bons resultados obtidos permitiram que, a 01 de julho de 1994, o Governo decretasse a Medida Provisória que daria início a uma ampla reforma monetária, transformando a URV em moeda, que passou a se chamar Real (R\$) e que substituiria o Cruzeiro Real (CR\$) em todas as suas funções como moeda. A taxa de conversão do Real por Cruzeiros Reais obedeceu à mesma cotação do dólar norte-americano na data da transição, ou seja, CR\$ 2.750,00 seriam trocados pelo equivalente a R\$ 1,00 (um Real), com as duas moedas podendo ainda ser utilizadas conjuntamente para todos os pagamentos e transações por alguns meses após a implantação do Real, para que houvesse tempo suficiente à substituição da moeda antiga pela nova e, ao término deste prazo, o Cruzeiro Real perderia todas as suas funções para que o Real pudesse assumir integral e exclusivamente as funções a que fora criado. (BAER, 2002).

Cerca de 3,5 bilhões de cédulas e 3,8 bilhões de moedas na antiga moeda foram recolhidas e trocadas num território tão vasto quanto o do país, sem registro de maior dificuldade ou tumulto. A reação positiva da População à nova moeda superou em muito as expectativas mais otimistas (OLIVEIRA, 1996).

Na época de conversão, no ímpeto de se precaver contra um possível choque monetário, como um novo congelamento, ou na tentativa de tirar vantagem de uma situação de confusão inicial do público em relação aos preços relativos, houve uma onda de aumentos de preços em determinados setores, mas que foi rapidamente contida pela própria pressão das pessoas que passaram a consumir apenas os produtos que não estivessem com preços tão elevados (BAER, 2002).

A partir de julho de 1995, a balança comercial se equilibrou.

Houve importações maciças de bens duráveis, principalmente automóveis, com impacto negativo sobre o saldo da balança comercial. Medidas foram tomadas pelo Governo para reverter essa situação, já tendo propiciado melhora considerável, a partir de julho último, no comportamento da balança comercial. A balança comercial já apresentou equilíbrio em julho último (na realidade, pequeno superávit de cerca de US\$ 3 milhões) e superávits em agosto de US\$ 328 milhões; em setembro de US\$ 481 milhões e em outubro de US\$ 334 milhões. Em novembro, houve um pequeno superávit de US\$ 15 milhões, sendo que, em dezembro, a balança registrou um pequeno déficit de US\$ 51 milhões. Em janeiro, houve um superávit de US\$ 35 milhões, o que contrasta com o déficit de US\$ 304 milhões do mesmo mês de 1995. O resultado da balança comercial dos dois últimos meses de 1995 foi influenciado, de um lado, pela elevação das importações do período pré-natalino e natalino e, de outro, pelo recuo tradicional verificado no final e no começo do ano nas exportações de determinados produtos, principalmente agrícolas (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2007).

Além da melhora na posição da balança comercial a situação externa brasileira foi favorecida por uma significativa entrada de capitais financeiros, atraídos por um diferencial extremamente alto entre as taxas de juros interna e externa. Num primeiro momento, grande parte desse capital era constituída por recursos de curto prazo. Entretanto, dadas as condições internacionais de liquidez e a necessidade de elevar o nível de reservas, para superar essa fase de transição, não havia como exigir a permanência desse capital por um período mais longo. Assim, mesmo com parcela importante sendo constituída por capitais de risco, as reservas internacionais do País passaram a se elevar continuamente e, no final de 1995, já atingiam 51,8 bilhões de dólares (MONTORO FILHO, 1998).

Superadas essas dificuldades, o Plano Real entrou em nova fase (a partir do final de 1995), com o Ministério da Fazenda passando gradualmente a flexibilizar a política monetária, com a ampliação dos prazos de financiamento, redução suave dos depósitos compulsórios e redução, também suave, das taxas de juros. Assim, esta fase concluiu a reforma monetária, o Real assumiu o papel integral de moeda da economia (OLIVEIRA, 1996).

É importante destacar que, na medida em que a recuperação da atividade concentrou-se fortemente na expansão da produção de bens de consumo durável (basicamente devido à ampliação do crédito), as pressões sobre a balança comercial foram inevitáveis, uma vez que esses segmentos são fortemente

importadores de componentes, notadamente na área eletroeletrônica através da Zona Franca de Manaus (GREMAUD, VASCONCELLOS; TONETO JR. 2004).

Nesta fase, a estabilização foi se concretizando e o capital financeiro que fluiu ao país já foi ampliando seu prazo de permanência. Em meados de 1996, as firmas brasileiras já conseguiam captar recursos no exterior com prazo de oito a dez anos, eliminando assim o risco de uma fuga rápida de capitais e o conseqüente esvaziamento do nível de reservas internacionais (MONTORO FILHO, 1998).

Tais fases só poderiam gerar frutos mais duradouros, no entanto, se acompanhadas por mudanças profundas na estrutura econômica do país de forma a debelar pela raiz o mal inflacionário.

Daí a importância crescente da Fase IV de reformas estruturais, iniciadas previamente ao programa, mas aprofundadas no governo Fernando Henrique (OLIVEIRA, 1996). Lembrando, que as privatizações ajudaram a enfrentar os choques especulativos assegurando entrada de dólares, depois, as privatizadas começaram a “exportar dividendos”.

Pode-se assim, verificar que o cronograma de implementação das fases guardava certa flexibilidade, sendo a própria eficácia e velocidade dos resultados dependentes do grau de integração e sinergia entre as medidas contempladas em cada uma delas.

Analistas apontam para o desaparecimento da inflação como fator explicativo da melhoria relativamente maior do rendimento nos contingentes mais pobres. Para os mais pobres o acesso aos mecanismos de preservação contra a inflação eram menos eficientes. A classe média, por exemplo, dispunha de conversão diária de seus saldos bancários em fundos de aplicação financeira.

Receber um salário com maior poder de compra eleva de forma direta a renda disponível do trabalhador. Esta situação é sustentada por Oliveira (1996) quando afirma que o fim do “imposto inflacionário” elevaria a demanda, o nível de emprego e a massa salarial, fatores que combinados levaram a aceleração do crescimento nos três trimestres subseqüentes à implantação do Plano Real. O quadro de estabilidade propiciou redistribuição de renda progressiva no curto prazo por conta da queda da inflação, especialmente acentuado pela queda no preço dos alimentos.

## 4 RESULTADOS DA PESQUISA

O objetivo central deste estudo é investigar o fenômeno da desigualdade de renda no Brasil, mediante análise de dados sócio-econômicos, enfocando, especialmente a influência da massa salarial e da rede de proteção social na distribuição de renda no Brasil no período de 1994 a 2004. Para consecução deste objetivo geral já foram apresentados nos capítulos anteriores uma base teórica sobre o desenvolvimento econômico no Brasil; a evolução da economia brasileira na década de 90, caracterizando o quadro econômico do final do século XX; o Plano Real. Assim, a seguir discutem-se os determinantes da distribuição de renda no Brasil, através de análise de dados secundários em nível de Brasil no período de 1994 a 2004.

Importa salientar que a distribuição de renda é a forma como a renda é distribuída pelos habitantes de um país ou região. Enquanto que, a redistribuição de renda é diretamente relacionada com a política econômica-social do país (SABOIA, 2009).

Lembrando que, a análise da evolução da distribuição de renda é fundamental para diagnosticar os beneficiários do processo de crescimento econômico e associada a outros indicadores mostra o evolver da qualidade de vida das pessoas e famílias numa determinada sociedade (CACCIAMALI, 2002).

### 4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para Dowbor (1999) a sociedade atual enfrenta graves problemas ressaltados ainda mais, pelos efeitos da globalização. A má distribuição de renda e a conseqüente exclusão social geram uma variedade de áreas sociais carentes, que o governo, por si só, não tem capacidade de sustentar. O Brasil direciona poucos os recursos para a população considerada genuinamente pobre. O problema principal não se limita à gestão ineficiente da política social, mas também na inadequada definição da política econômica.

Durante longo tempo o fator econômico era considerado o único determinante do desenvolvimento. Hoje o desenvolvimento abarca outros fatores como: social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológico, mantendo uma interligação entre eles, todavia com relativo grau de autonomia. Todas esses fatores fazem parte do processo de desenvolvimento, em conjunto determinando-o ou, em particular, cada qual, condicionando-o (FRANCO, 2006).

Ainda que sejam escassos os indicadores conjunturais sobre a situação nacional de repartição da renda, tornam-se necessários o acompanhamento de dados específicos e a continuidade das investigações sobre a situação da desigualdade dos rendimentos, principalmente a partir da retomada do nível de atividade em 1993.

Tanto do ponto de vista da distribuição pessoal quanto funcional da renda, não se percebe melhoria significativa durante a década de 1990. De um lado, a estabilização dos preços, a partir do segundo semestre de 1994, terminou repercutindo favoravelmente no nível de renda pessoal, trazendo efeitos positivos sobre o perfil dos rendimentos dos trabalhadores ocupados. Nesse sentido, o acompanhamento da evolução recente da desigualdade entre diferentes escalas de rendimentos permite identificar movimentos gerais no formato distributivo, especialmente a partir da retomada das atividades econômicas (1993) e da implantação do programa de estabilização monetária (1994). Apesar disso, a desigualdade de renda não foi alterada significativamente. Deve-se creditar ao comportamento geral da economia brasileira, influenciada decisivamente pelo novo modelo econômico, a responsabilidade pela permanência de elevada concentração da renda nacional (POCHMANN, 2001, p. 94).

Segundo dados dos IPEA (2005) o Brasil quando comparado a outros países, apresenta uma das piores distribuições de renda do mundo.

De acordo com Pochmann (2001, p. 93) a desconcentração da renda motivada pela adoção de políticas neoliberais nos anos 1990 mostrou ser mais um mito para os brasileiros. Ao contrário do que foi inicialmente anunciado pelos neoliberais, o Brasil seguia campeão mundial em desigualdades entre ricos e pobres, ao mesmo tempo em que a renda do trabalho ficou ainda menor quando comparada com o tamanho dos lucros dos capitalistas.

Considerando-se o índice de Gini de 130 países selecionados, o Brasil é o penúltimo colocado (0,60), superado apenas por Serra Leoa na África. Assim, o

índice brasileiro é mais que o dobro que o da Áustria (0,23) e da Suécia. Mesmo quando comparado com países com características semelhantes ao Brasil, como por exemplo, o México (0,53), ainda assim o país fica muito longe de níveis aceitáveis (IPEA, 2005).

Na visão de Barros et al (2000) o fator que distingue o caso de distribuição de renda no Brasil e do resto do mundo é que os altos índices de pobreza não estão relacionados a uma insuficiência generalizada de recursos, mas à grande desigualdade da distribuição de renda, ou seja, o Brasil não é considerado um país pobre, mas um país com um grande número de pobres.

Em termos históricos, a grande concentração de renda acompanha a evolução do Brasil desde a sua formação econômica e social dos tempos coloniais. Mesmo em períodos de aceleração do crescimento e da industrialização essa característica esteve presente no processo de acumulação do capital no país (BONELLI, 2002).

No estudo do fenômeno da desigualdade de renda no Brasil no período de 1994 a 2004, divide-se a análise em duas fases. A primeira, de 1994 a 1997 e a segunda no geral englobando de 1995 a 2004.

A inflação elevada contribui para aumentar a desigualdade da distribuição da renda. Muito embora seja necessário admitir que a ocorrência de inflação por um longo período leva as pessoas ao erro no momento de informar seus rendimentos. Em compensação, as medidas de desigualdade não captam as perdas provocadas pela inflação no poder real de compra especialmente dos salários dos mais pobres. Enquanto os pobres sofrem redução do poder de compra após receber o seu salário, os relativamente ricos têm acesso aos meios e às proteções que o mercado financeiro oferece para se proteger da erosão inflacionária.

A busca da estabilidade é uma das ações mais importantes no combate à pobreza e à concentração de renda. O gráfico 1 evidencia que a queda da inflação é acompanhada da queda do percentual de pobres.

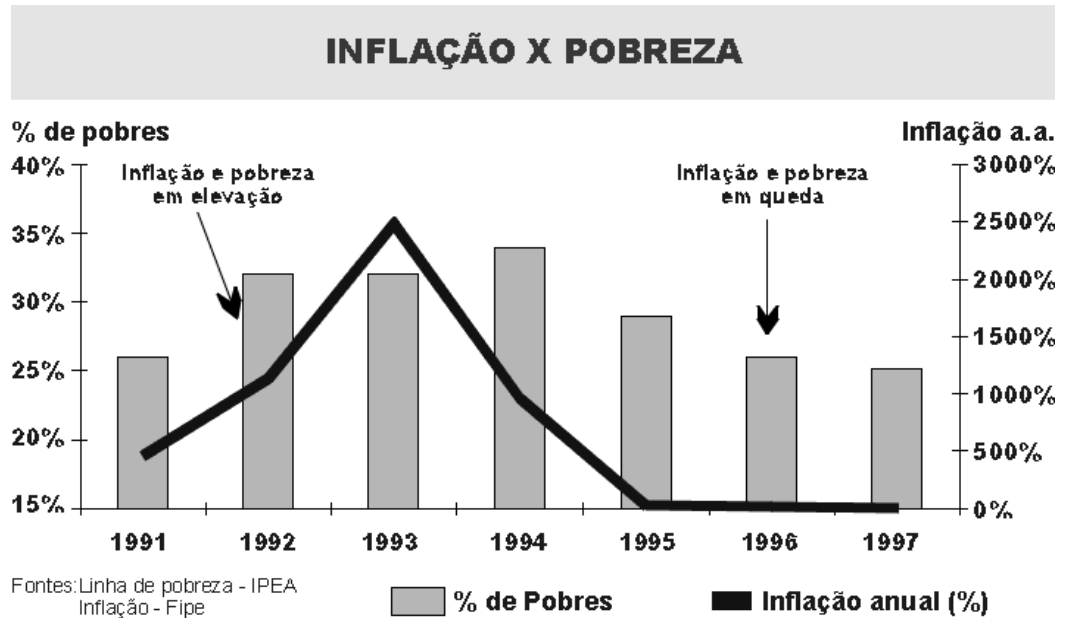


Gráfico 1– Inflação X pobreza.

Fonte: Planalto (2007).

Continuando a análise dos indicadores de 1994 a 1997, conforme gráfico 2 pode-se verificar que o Produto Interno Bruto cresceu 17% entre 1994 e 1997, o que equivale a uma taxa de crescimento média anual de 4%. Em contraste, nos quatro anos que antecederam o Real, o crescimento médio do PIB foi negativo em 0,2%.

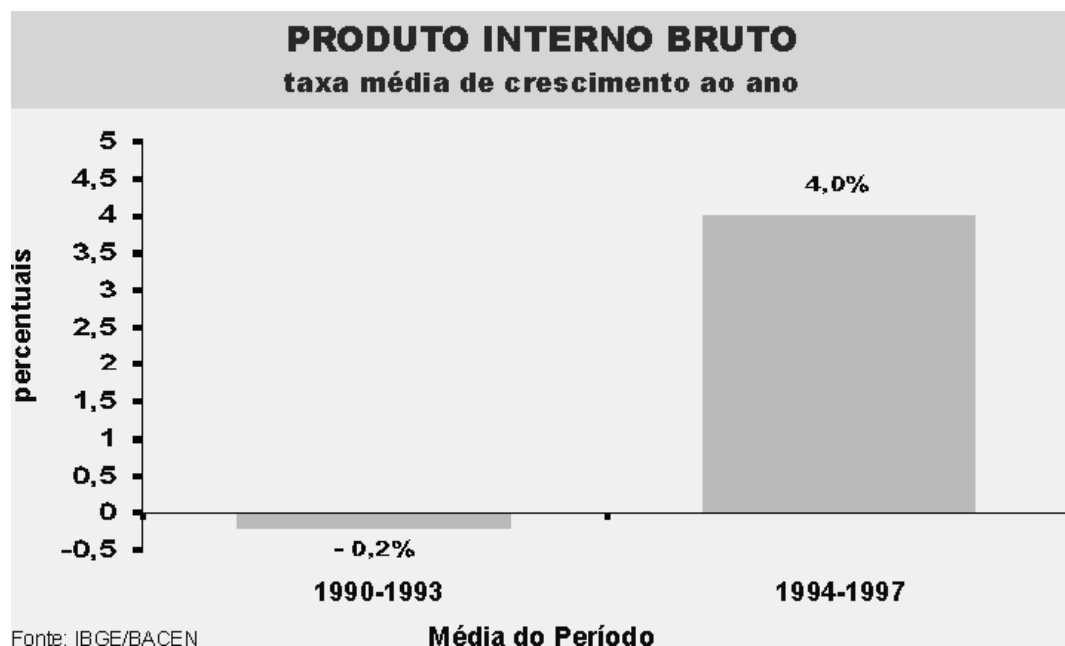


Gráfico 2 – Taxa média anual de crescimento do PIB.

Fonte: Planalto (2007).

Também, de acordo com o IBGE (2005), o rendimento médio nominal dos trabalhadores cresceu significativamente em todas as regiões metropolitanas pesquisadas. Sendo que, o PIB per capita ultrapassou a marca de US\$ 5.000 no ano de 1997 (gráfico 3).

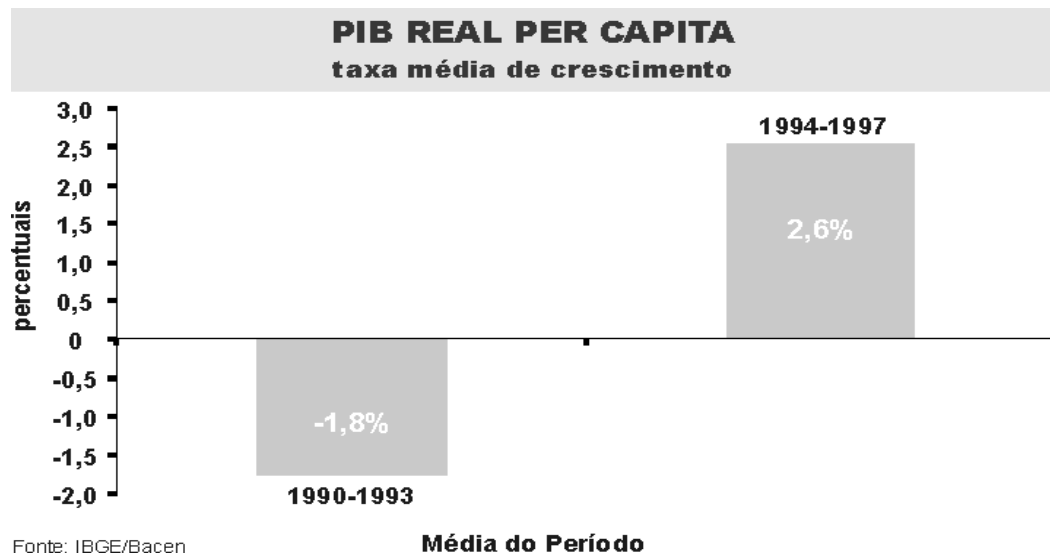


Gráfico 3 – PIB Per capita.  
Fonte: Planalto (2007).

Considerando-se o comportamento da desigualdade medida pela relação entre o rendimento mínimo dos 10% mais ricos e o rendimento máximo dos 10% mais pobres, pode-se observar entre o período de janeiro de 1993 a maio de 1997 a existência de quatro movimentos bem distintos segundo relata Pochmann (2001, p. 102):

- de janeiro de 1993 a março de 1994 houve grandes oscilações no indicador de desigualdade dos rendimentos, com variação negativa de 3,8% na diferença entre as duas classes de rendimentos relacionados, que passou de 13,0 vezes para 12,5 vezes;

- no período de março a novembro de 1994, a desigualdade de rendimentos aumentou rapidamente, passando de 12,5 vezes para 16,2 vezes, o que refletiu uma variação positiva de 29,6%, seguida ainda de uma queda na desigualdade dos rendimentos entre agosto e outubro de 1994 (-5,0%);

- nos meses de novembro de 1994 a março de 1996, a desigualdade dos rendimentos diminuiu, passando de 16,2 vezes para 10,7 vezes, o que significou

uma variação negativa de 34,0%. Convém destacar que esse período foi marcado por leves oscilações no nível de desigualdade dos rendimentos, com dois movimentos de interrupção parcial de queda na desigualdade, o primeiro entre março e maio de 1995 (1,7%) e o segundo de setembro a novembro de 1995 (12,8%);

- a partir de março de 1996, observou-se a presença de sinais apontando tanto para o esgotamento da tendência de queda quanto para o aumento das desigualdades entre o rendimento mínimo dos 10% mais ricos e o máximo do rendimento dos 10% mais pobres. Em maio de 1997, o indicador de desigualdade dos rendimento era de 13,2 vezes contra 10,7 vezes em março de 1996, o que significa uma variação positiva de 23,9%. É necessário informar que nesse período houve um momento de diminuição contida do grau de desigualdade, com variação negativa de 15,3% nos meses de setembro e dezembro de 1996 e dois momentos de aumento na desigualdade, o primeiro no período de março a setembro de 1996 (24,5%) e o segundo de dezembro de 1996 a maio de 1997 (17,4%).

Contudo, a queda na dispersão dos rendimentos ocorrida no período após implementação do Plano Real não implicou, necessariamente, melhora da situação de desigualdade dos rendimentos dos trabalhadores ocupados.

Cacciamali (2002) observam que a partir de 1996 o setor de serviços perdeu, e muito, sua função de empregador e “amortecedor” do desemprego desencadeado no setor industrial. Assim, foram desenvolvidas diversas ações visando fomentar o desenvolvimento industrial, tais como:

Adoção da TJLP, trazendo os custos dos empréstimos do BNDES para um patamar próximo àquele que vigora no mercado internacional, reduzindo drasticamente o custo do investimento no País.

Apoio à reestruturação dos setores mais afetados pela abertura comercial, como têxtil, calçados e autopeças.

Apoio às Exportações de Manufaturados (BNDES Exim) operando com praticamente todos os setores exportadores através de linhas de financiamento competitivas internacionalmente.

Programa de Novos Pólos de Exportação (PNPE) - implantado em 14 Estados, esse programa procura promover a interiorização do comércio exterior brasileiro.

Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) - apóia a exportação de bens ou serviços nacionais com recursos do Tesouro Nacional através de duas modalidades: a) financiamento direto aos exportadores (PROEX-financiamento); e b) pagamento de equalização de taxas de juros (PROEX-equalização).

Apoio à Pequena e Média Empresa – programa criado com o objetivo de facilitar o acesso de microempresas e empresas de pequeno porte ao crédito de médio e longo prazos (através do FINAME).

Fundo de Aval (destinado às Pequenas e Médias Empresas) - visa também à dinamização do acesso ao crédito, em especial, para as empresas exportadoras. (PLANALTO, 2007).

Casseb, (2008) esclarece que a massa de salário real do setor industrial apresenta significativa tendência de queda ao longo da década de 90 (40%), que, de 1994 a 1998, foi da ordem de 15%.

No caso do salário real dos que estavam empregados, verifica-se um incremento de 2,5% de 1990 a 1998, e de 11% de 1994 a 1998 que, no entanto, fica muito longe de compensar as sistemáticas e elevadas quedas no nível de emprego. Não se pode esquecer que a massa de salário real (indicador que usamos para definir a distribuição de renda funcional) é o salário real multiplicado pelo volume de emprego. Note-se que a massa de salário só pode aumentar quando a unidade de salário real crescer e/ou o nível de emprego crescer. Se o emprego cai, como é o caso do Brasil nos últimos anos, numa proporção maior que os ganhos das unidades de salário real (que, aliás, pode ter crescido devido a que menos trabalhadores estão empregados e, portanto comprando), a repercussão na distribuição de renda é imediata, provocando maior concentração.

Na agricultura Governo adotou um conjunto de medidas, que compreendia:

- a) promoção do saneamento financeiro do setor rural, mediante a securitização das dívidas dos agricultores, com taxa de juros equivalente à variação do preço mínimo + 3% aa.;
- b) redução do "custo Brasil",
- c) criação de novos instrumentos reguladores que dotaram a agricultura dos necessários mecanismos de proteção, melhorando a eficiência e reduzindo custos para o Tesouro Nacional;
- d) prioridade à pequena propriedade, geradora de renda e emprego no campo, com a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF e ênfase na reforma agrária. (PLANALTO, 2007).

Há que se destacar que os espaços urbanos brasileiros abrigam uma extensa população em condições de pobreza e miséria. Nestes espaços a ação governamental é necessária ao investimento em serviços de infra-estrutura básica, evidenciando a necessidade de novas estratégias de combate à pobreza e desenvolvimento social. Também porque, a pobreza está relacionada à ausência (precariedade) de acesso da população aos bens e serviços essenciais para a qualidade de vida.

A estabilização promovida pelo Plano Real permitiu ao Governo maior investimento na área Social. E isso gera uma aparente melhora na distribuição da renda nos primeiros anos do Plano. Houve um acréscimo significativo do percentual de novos domicílios particulares atendidos por serviços de infra-estrutura básica. Entre os anos de 1994 e 1998, aconteceram melhorias significativas na qualidade dos domicílios brasileiros.

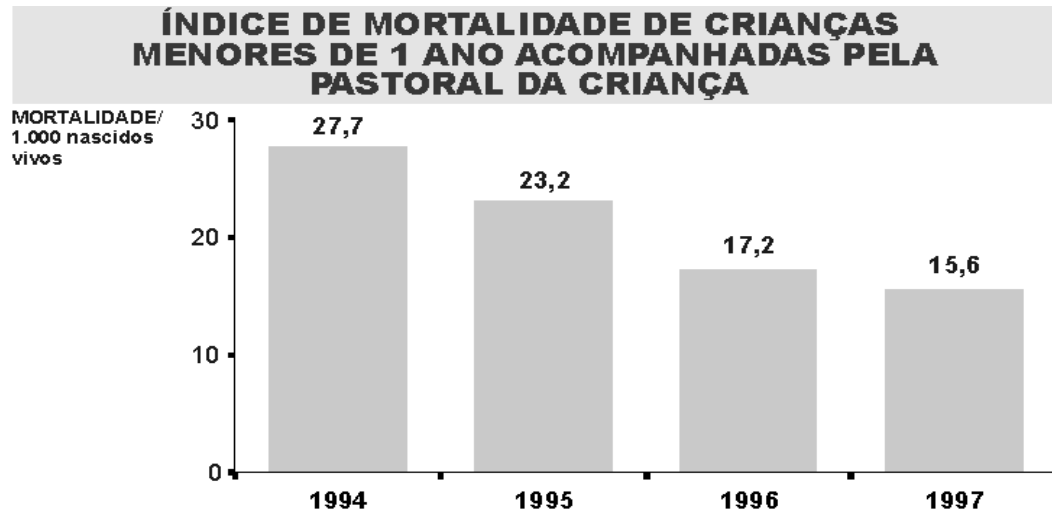
Acima de três milhões de novos domicílios foram atendidos com abastecimento de água; mais de um milhão e seiscentos mil passaram a contar com esgotamento sanitário e, mais de três milhões e meio de novos domicílios passaram a contar com eletricidade (PLANALTO, 2007). Os dados podem ser visualizados no quadro 2:

Quadro 2- Infra-estrutura básica de novos domicílios particulares atendidos.

Infra-Estrutura Básica	Total de Domicílios Atendidos		Novos Domicílios Atendidos
	Antes do Plano Real (1993)	Depois do Plano Real (1998)	
Abastecimento de Água (rede geral)	75,0%	77,6%	3.139.141
Esgotamento Sanitário (rede coletora)	38,9%	40,3%	1.646.408
Lixo Coletado Diretamente	64,4%	73,2%	5.266.583
Iluminação Elétrica	90,0%	92,9%	3.655.646
Telefone	19,8%	25,4	2.796.133

Fonte: IBGE/PNAD (Planalto, 2007).

Estas medidas contribuíram para que a taxa de mortalidade infantil, reduzisse 44% entre os anos de 1994 e 1997, como evidencia o gráfico 4.



Fonte: Pastoral da Criança

Gráfico 4 – Índice de mortalidade de crianças.  
Fonte: Planalto (2007).

Analisando estes dados apresentados até o momento, que correspondem aos anos de euforia pós-Plano Real, pode-se afirmar que os efeitos redistributivos diretos do Plano Real em sua primeira fase não foram grandes, permitindo ao governo executar melhor a política social.

Cabe afirmar que segundo Barro e Lan (1992) a distribuição de renda teve um forte impacto sobre a escolaridade, causando assim um efeito perpetuador dessas diferenças, pais menos educados têm filhos também menos educados. Neste sentido, no que se refere à educação o gráfico 5 evidencia que no período de 1994/97 a matrícula no ensino de 2º grau cresceu 42%.

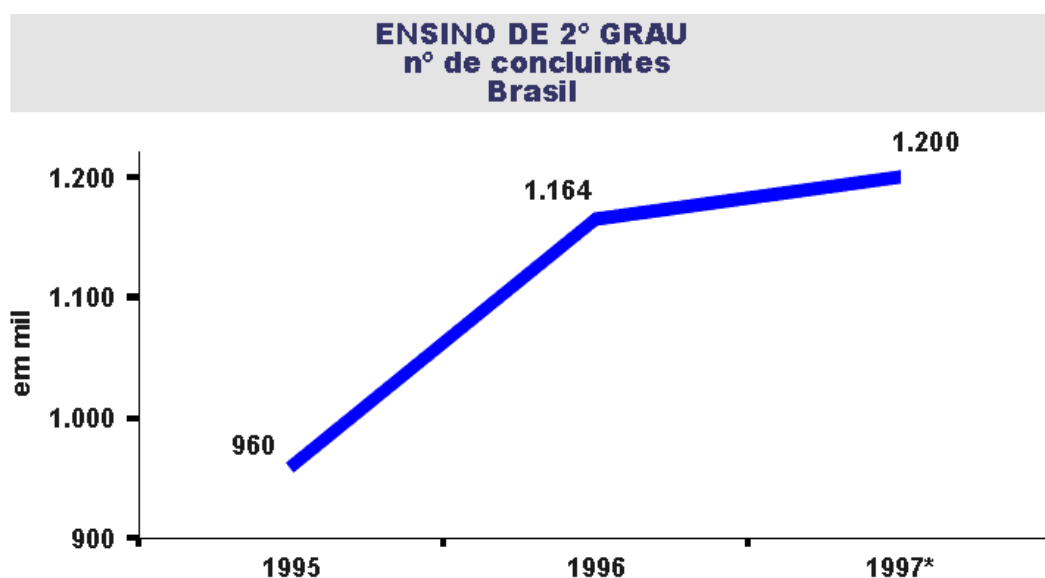


Gráfico 5 – Evolução do ensino médio.  
Fonte: Planalto (2007).

Este movimento se justifica tanto pela melhoria do ensino de 1º grau, quanto pela mobilização da sociedade pela educação. Como relatam Leal e Werlang (1991, p. 84)

Há inúmeras razões para que a renda de um indivíduo aumente com seu grau de instrução. Pense-se, por exemplo, em quantas informações indispensáveis ao dia-a-dia são de difícil acesso a um analfabeto: os seus direitos básicos, a taxa que lhe cobram em um crediário, os padrões de higiene e alimentação considerados adequados, e assim por diante. O mesmo raciocínio poderia ser aplicado a todos os graus da educação formal (isto é, primário, secundário e superior): um ano a mais de estudo propicia informações adicionais que tornam a pessoa mão-de-obra mais valiosa. Esta é a teoria do capital humano. Um indivíduo pode ser visto como se fosse um acumulador de informações, obtidas, principalmente, por meio de instrução formal.

Analisando-se o fenômeno da desigualdade de renda no Brasil no período completo - 1994 a 2004 - têm-se alguns pontos positivos e negativos a serem ressaltados no quadro 3:

Quadro 3 - Avaliação das mudanças no período de 1994 a 2004.

<b>PONTOS POSITIVOS</b>	<b>PONTOS NEGATIVOS</b>
<b>EMPREGO, RENDA E SALÁRIO</b>	
Aumento do poder aquisitivo da população de baixa renda e, em consequência disso, a ampliação do número de consumidores.	O crescimento do desemprego: de 5,4% da PEA nas regiões metropolitanas em 1994 para mais de 13% no início de 2004.
Redução da proporção de pobres de 32,2% da população em 1993 para 25,10% em 1996.	A precarização do emprego e o crescimento explosivo do mercado informal de trabalho.
Aumento do salário real e da massa salarial, principalmente na primeira fase do Real.	O arrocho salarial sobre os funcionários públicos e a perda do poder de compra do rendimento médio real dos trabalhadores ocupados a partir do ano 2000.
<b>CONDIÇÕES DE VIDA E GRAU DE DESIGUALDADE</b>	
O crescimento do percentual de residências com abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de lixo, energia elétrica, telefone, fogão a gás, geladeira, freezer, lava-roupa, rádio e televisão.	O grau de desigualdade entre os 20% mais ricos da população e os 50% mais pobres aumentou.

Fonte: Oliveira (2008)

De acordo com IBGE (2005), a partir de 1999, as razões para a melhora mínima provocada pelo Plano Real se esgotaram. Tanto a redução da inflação como o efeito preços-relativos, derivado da abertura comercial, não permitiram uma mudança na trajetória estrutural do perfil distributivo. Segundo Oliveira (2008)

[...] no período 1994 – 2004 notou-se uma piora acentuada na distribuição funcional da renda no país. Enquanto em 1994 os rendimentos do fator trabalho representavam 40,1% do PIB, essa proporção caiu sistematicamente ao longo do período e se situou em torno de 36% do PIB em 2004. Ou seja, a distribuição funcional da renda (distribuição da renda nacional entre rendimentos do trabalho e rendimentos do fator capital) que já era muito ruim ficou pior ainda.

Conforme mostra o gráfico 6, os resultados não são os melhores, e pode-se ver que a renda média de 2004 situa-se abaixo não apenas da renda dos anos de euforia pós-Plano Real (1994-1998) como também abaixo da renda de 1999, após a *débâcle* do câmbio em janeiro de 1999.

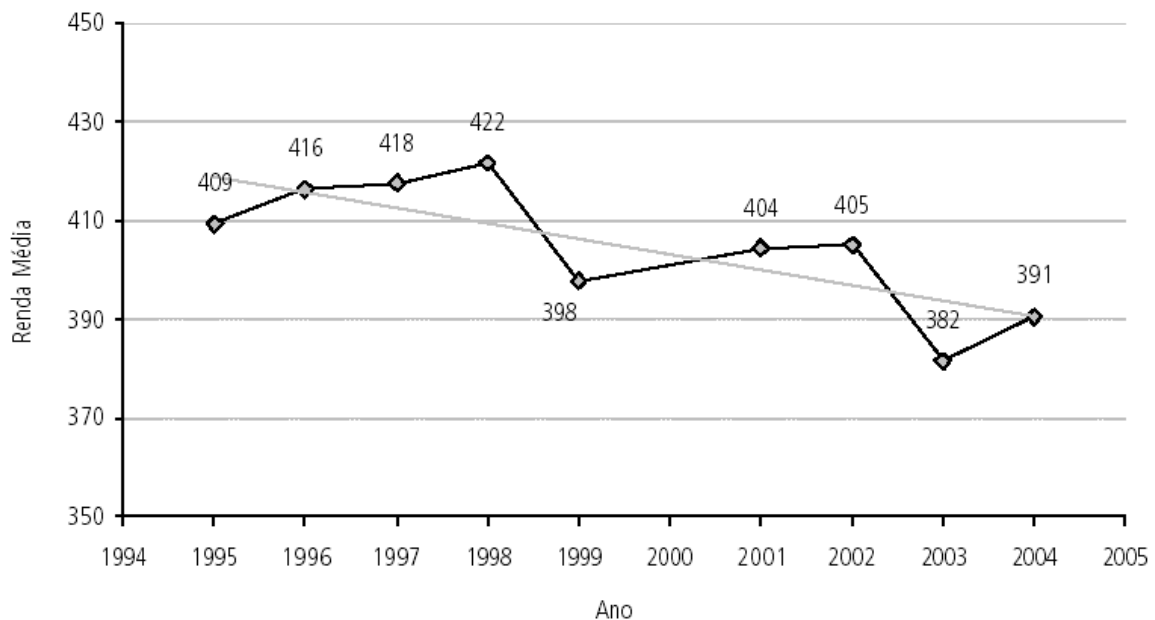


Gráfico 6 - Renda Média de 1994 a 2005.  
Fonte: Soares (2006)

A única renda cuja concentração muda de forma significativa de 1994 a 2004 é a juros, dividendos e Bolsa Família, como mostram os quadros 4 e 5.

Quadro 4 – Renda média com porcentagem da renda total

<b>ANO</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Renda domiciliar per capita	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Renda do trabalho	82,1%	81,7%	81,5%	79,4%	78,5%	78,0%	77,4%	76,7%	76,5%
Aposentadoria/pensões não liberadas	11,7%	11,95	12,25	13,3%	14,3%	14,7%	14,4%	15,0%	14,8%
Aposentadorias/pensões indexadas	2,5%	2,6%	3,0%	3,3%	3,4%	3,8%	4,2%	4,8%	4,6%
Juros, dividendos e bolsa família	0,9%	0,9%	0,6%	0,9%	0,8%	0,9%	1,3%	1,0%	1,6%
Aluguéis e doações	2,8%	2,9%	2,7%	3,1%	2,95	2,65	2,7%	2,5%	2,5%

Fonte: Soares (2006)

Quadro 5 – Coeficientes de concentração.

<b>ANO</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Renda domiciliar per capita	59,8	60,0	60,0	59,8	59,1	59,3	58,6	58,0	56,9
Renda do trabalho	59,4	59,6	59,7	59,1	58,4	58,8	58,3	57,7	56,7
Aposentadoria/pensões não liberadas	69,9	70,6	72,7	74,1	73,9	73,5	74,1	74,3	74,2
Aposentadorias/pensões indexadas	5,7	-0,6	0,1	2,6	3,1	9,6	8,3	11,7	12,5
Juros, dividendos e bolsa família	78,8	81,5	77,0	76,1	69,2	54,1	50,9	33,8	15,9
Aluguéis e doações	72,8	73,7	70,9	71,6	69,5	69,2	69,7	68,5	69,1

Fonte: Soares (2006)

Como dada a informação apresentado no quadro 5, a grande novidade em termos de Coeficientes de Concentração é

[...] a mudança da categoria de renda “juros, dividendos e Bolsa Família” de campeã de concentração em 1995-1998 a vice-campeã em desconcentração em 2004. O coeficiente caiu de 81,5 em 1996 para 15,9 em 2004. Também notável é a diminuição na progressividade das aposentarias e pensões indexadas ao salário mínimo, que, no entanto, ainda em 2004 constituem a categoria de renda mais progressiva. Menos

notável, mas também importante, é a diminuição do Coeficiente de Concentração da renda do trabalho de valores acima de 59 antes de 1999 para 56,7 em 2004 (SOARES, 2006)

Conforme se observa no gráfico 7, no período de 1994 a 2003, a participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional caiu 9,5 pontos percentuais, ao passo que o excedente operacional bruto, correspondendo grosso modo ao lucro empresarial, aumentou sua participação em 8 pontos.

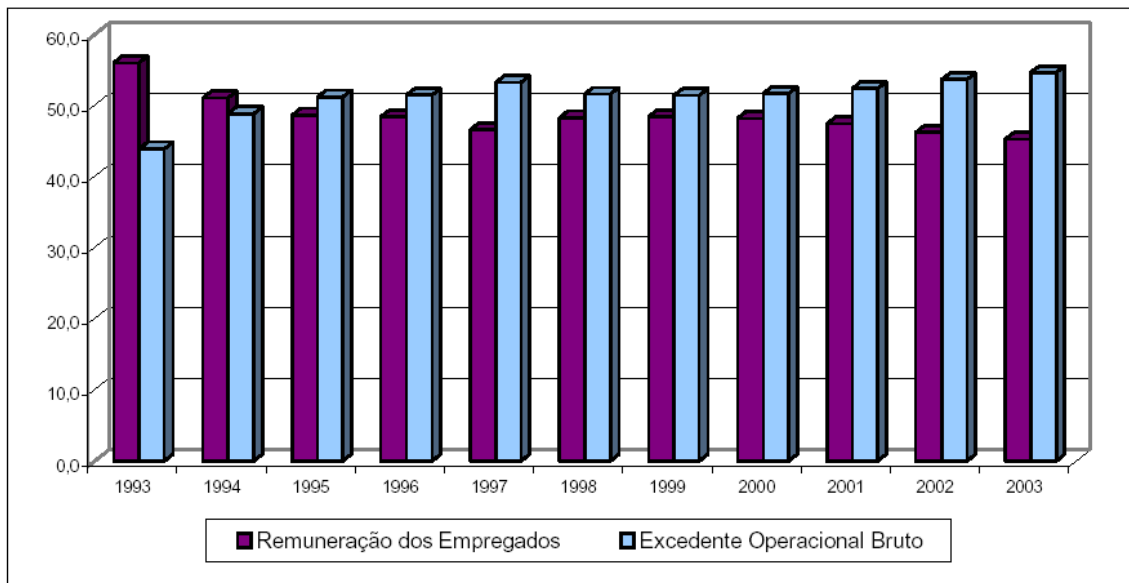


Gráfico 7 - Evolução da distribuição funcional da renda, considerando apenas os rendimentos do trabalho e do capital- Brasil.  
Fonte: DIEESE (2006)

No mesmo sentido, Martins; Aguiar; Marques (2006) afirmam que no período pontuado nota-se:

Quanto à distribuição dos rendimentos dos assalariados, o movimento descendente do Índice de Gini, verificado no período do real, reflete uma diminuição da desigualdade entre os rendimentos dos assalariados, mas essa redução da desigualdade não foi consequência de uma elevação dos rendimentos mais baixos, mas sim, de uma redução nos rendimentos dos assalariados que recebem salários mais elevados.

No quadro 6 podem ser visualizados os valores do rendimento médio, das medidas de desigualdade (Índice de Gini e L de Theil) e das medidas de pobreza

calculados dos dados advindos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) nos anos 1995 a 2004. Considera-se a distribuição do rendimento domiciliar *per capita* para domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar não-nulo.

Lembrando que Coeficiente de Gini e o índice de Theil são dois indicadores que revelam o grau da desigualdade de renda de uma realidade específica. Que o índice de Gini mede o grau de distribuição da renda entre os indivíduos em uma economia. Medido com referência ao desvio de uma distribuição perfeita, um índice de GINI zero implica em uma perfeita equanimidade na distribuição da renda, enquanto que um índice de 100 implica na perfeita desigualdade. O índice de Theil é dado pelo logaritmo neperiano da razão entre as médias aritméticas e geométricas da renda familiar *per capita* média. Se a razão entre as médias for igual a 1, Theil será igual a zero, indicando perfeita distribuição (PNUD, 2008).

Quadro 6 - Distribuição do rendimento domiciliar *per capita*: Número de Pessoas, Rendimento Médio e Medidas de Desigualdade e Pobreza. Brasil, 1995 a 2004.

ESTATÍSTICA	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2000	2003	2004
N. DE PESSOAS	145.600	146.523	149.696	151.121	157.270	163.396	167.128	169.363	171.864
REND. MÉDIO	436,15	445,59	443,58	448,01	422,33	430,59	429,11	404,61	417,08
VARIAÇÃO %		2,16	-0,45	1,00	-5,73	1,95	-0,34	-5,71	3,08
ÍNDICE DE GINI	0,601	0,602	0,602	0,600	0,594	0,596	0,589	0,581	0,572
VARIAÇÃO %		-0,02	0,19	-0,26	-1,03	0,06	-0,78	-1,19	-1,92
L DE THEIL	0,6646	0,6695	0,6732	0,6618	0,6453	0,6500	0,6338	0,6215	0,5921
VARIAÇÃO %		0,74	0,56	-1,70	-2,50	0,73	-2,46	-1,95	-4,72
PROP DE POBRES	0,1538	0,1621	0,1598	0,1456	0,1558	0,1526	0,1419	0,1525	0,1303
IND. DE INSUF. DE RENDA	0,0569	0,0588	0,0593	0,0542	0,0560	0,0558	0,0508	0,0557	0,0465
MEDIDA DE FGT	0,0296	0,0309	0,0315	0,0276	0,0288	0,0295	0,0262	0,0296	0,0245
PROP DE POBRES	0,3603	0,3581	0,3614	0,3476	0,3644	0,3577	0,3514	0,3672	0,3403
IND DE INSUF DE RENDA	0,1597	0,1595	0,1610	0,1539	0,1599	0,1563	0,1513	0,1588	0,1415
MEDIDA DE FGT	0,0928	0,0939	0,0947	0,0889	0,0924	0,0909	0,0860	0,0918	0,0797

Fonte: Orair (2006, p. 81).

Pode-se verificar que o comportamento do rendimento médio no período analisado foi caracterizado por semi-estagnação,

[...] com taxas anuais de mudança no rendimento médio quase sempre inferiores ou próximas a 1%, acompanhado de significativo retrocesso em períodos de crise aguda, como 1998/1999 e 2002/2003 quando o rendimento médio apresentou quedas de 5,73% e 5,71%, respectivamente. O índice de Gini mostrou pequenos acréscimos somente nos períodos 1996/1997 e 1999/2001, em valores inferiores a 0,2%. No período como um todo, o rendimento médio retrocedeu cerca de 4,37%, enquanto o índice de Gini e o L de Theil sofreram reduções de 4,86% e 10,90%, respectivamente (ORAIR, 2006, p. 81).

Conforme gráfico 8 a parcela dos 50% mais pobres sobe de 13,00% em 1993 para 13,4,9%. Já a fatia dos 10% mais ricos cai de 45,6% para 45,0%. Portanto, a desigualdade cai pouco no período analisado

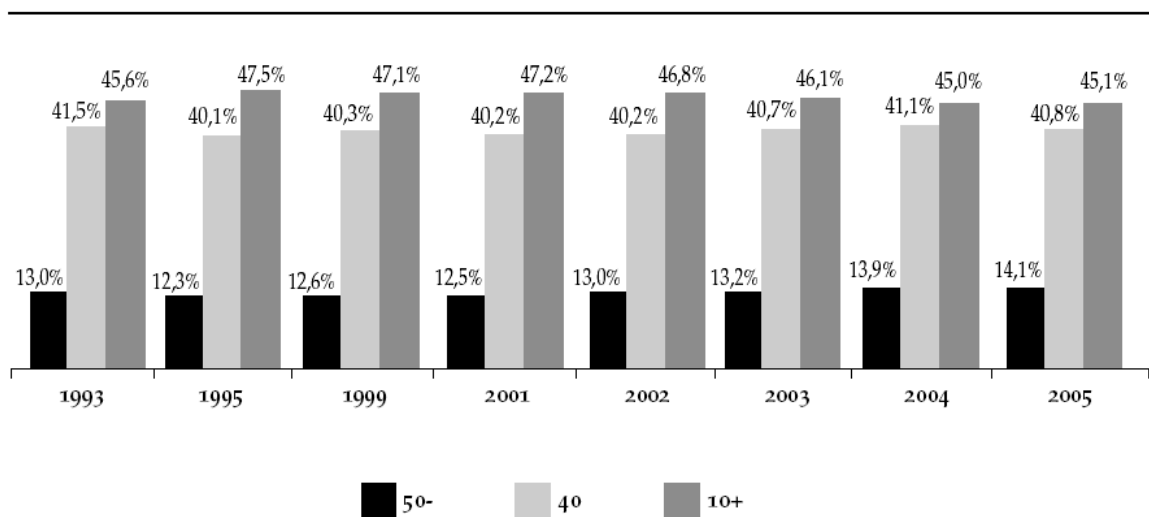


Gráfico 8 - Distribuição de renda, 1993-2005.  
Fonte: Néri (2008).

No quadro 7 apresenta-se a estratificação familiar da população para o período 1993-2004, sugerindo que os arranjos familiares melhoram as condições sociais dos indivíduos.

Quadro 7 - Estratificação familiar da população – Brasil.

Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Indigentes
1993	6,6	10,3	27,0	26,1	28,1	1,9
1995	9,3	12,5	30,3	26,6	19,3	2,1
1996	10,0	12,5	31,7	23,0	20,5	2,3
1997	8,6	13,6	29,0	24,4	21,9	2,4
1998	8,6	13,8	29,4	24,6	21,2	2,4
1999	8,0	11,6	31,5	25,6	20,8	2,5
2001	7,9	11,5	30,0	27,1	20,7	2,8
2002	7,2	11,0	29,6	28,4	21,5	2,3
2003	6,8	9,7	30,3	28,4	22,4	2,4
2004	6,4	10,3	29,4	30,7	21,1	2,0
2005	7,0	11,1	33,2	36,7	10,1	1,9
2006	7,8	11,9	34,7	34,4	9,6	1,7
2007						

Fonte: Quadros (2008b)

Em linhas gerais, observa-se no quadro 7 que tanto na agregação individual como na familiar uma relativa estagnação na participação da alta e média classe média. Após a retração de 1995 por força do Plano Real e nova redução localizada em 1996, o patamar de miseráveis permanece relativamente estável até 2004. O que aponta para as limitações das políticas sociais focalizadas de distribuição de renda, e mesmo da recuperação real do salário mínimo, num quadro de baixo crescimento econômico. Em 2005 e 2006 chama atenção a brusca e significativa retração desta camada. Em termos gerais esta performance mais favorável reflete a combinação de níveis mais robustos de crescimento econômico (que se inicia em 2004) e a manutenção de ganhos reais no salário mínimo (QUADROS, 2008b).

Em sentido complementar o gráfico ratifica a evolução do índice Gini no período de 1990 a 2004 (gráfico 9).

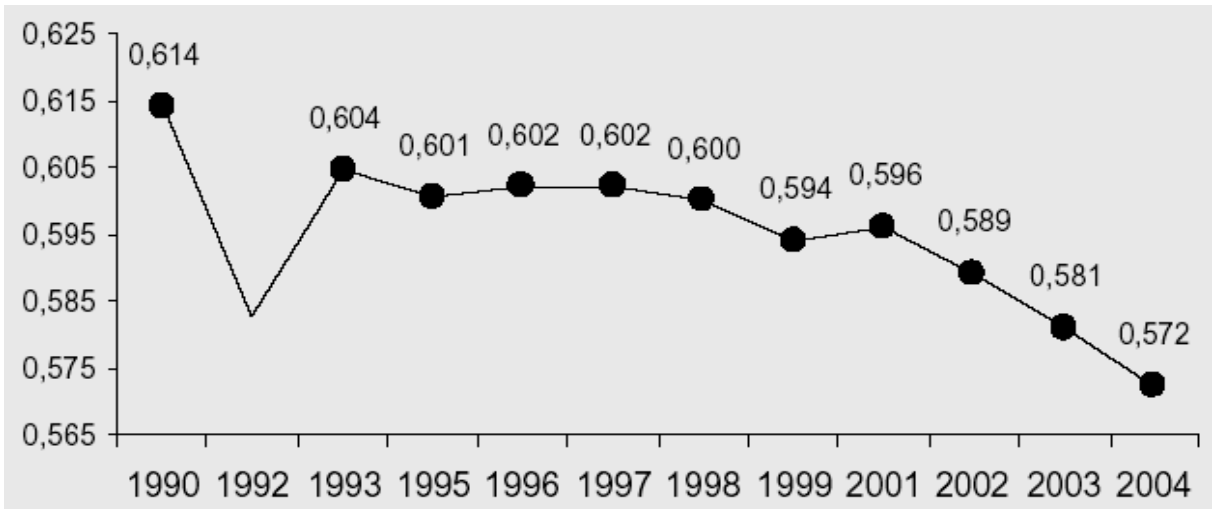


Gráfico 9 – Evolução do Índice de Gini no Brasil.  
Fonte: Barros e Mendonça (2005).

Face aos dados expostos, pode-se afirmar que

O período de 1994 a 2004 foi insatisfatório no que diz respeito ao combate à pobreza quando se considera que a redução nas medidas de pobreza ocorreu de forma concentrada no tempo e seus resultados são extremamente dependentes da expansão do componente *juros, dividendos e Bolsa-Família* da renda dos mais pobres ocorrida no período mais recente. Ainda assim, um padrão de mudanças nos rendimentos que proporcionou melhorias nos rendimentos de grande parte da população mais pobre do Brasil no período de 1994 a 2004, mesmo que fortemente atribuídas à ampliação do componente *juros, dividendos e Bolsa-Família* associado aos programas oficiais de transferência, único componente da renda dos mais pobres que cresceu consistentemente, não pode ser considerado um fato negativo. Sem dúvida, o padrão de redução da desigualdade com empobrecimento do país observado neste período não é, de forma alguma, o ideal a ser perseguido por uma estratégia de combate à pobreza, muito embora seja preferível à alternativa de empobrecimento do país sem mudança na desigualdade. (ORAIR, 2006, p. 91).

Como podem ser visualizadas no gráfico as séries de pobreza desde 1992, indicam duas marcadas mudanças de patamar. Em primeiro lugar, no biênio 1993-1995 a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria passa de 35,3% para 28,8%. Em 2003, a miséria ainda atingia 28,2% da população quando se inicia um novo período de queda, chegando a 22,7% em 2005. Isto compõe uma queda acumulada de 19,18% entre 2003 e 2005, magnitude comparável à queda de 18,47% do período de 1993 a 1995. O paralelo existente na redução de miséria entre os dois episódios ocorridos dez anos à parte pode ser percebido no gráfico 10:

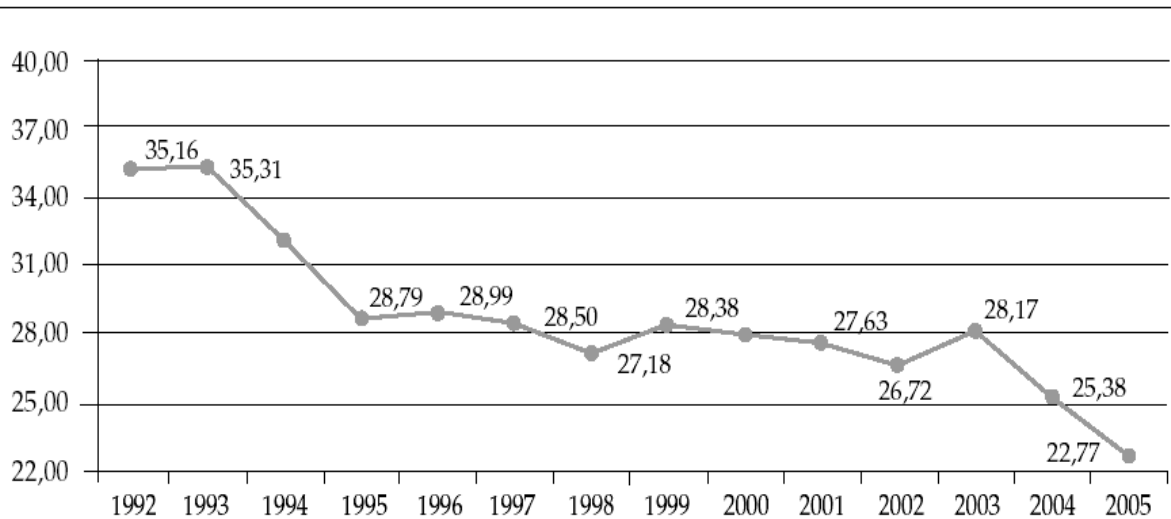


Gráfico 10 - Miséria, porcentagem da população, 1992-2005.

Fonte: Néri (2006).

Neste sentido, é pertinente apresentar a observação de Ribeiro (2007) que assim enfatiza:

[...] não é realista, imaginar que, em uma década, seja possível eliminar a fome e a miséria, bem como alterar, de forma radical, a distribuição extremamente desigual da renda e da riqueza no Brasil. Essa é uma questão cujo equacionamento virá a longo prazo e para o qual diversos outros governos deverão contribuir. O problema social brasileiro, porém, existe, é da maior gravidade e, de certa forma, nos envergonha perante o resto do mundo e deveria envergonhar a todos os brasileiros. Não se pode perder mais tempo. É fundamental o seu enfrentamento desde já - como o Governo vem fazendo - por meio de programas coerentes e consistentes que obedeçam a uma estratégia de médio e longo prazos.

O fator que distingue o caso brasileiro do resto do mundo é que os elevados índices de pobreza não estão relacionados a uma insuficiência generalizada de recursos, mas à extrema desigualdade de sua distribuição de renda, ou seja, o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres.

Conforme ensina Dowbor (1999), o sistema capitalista de nossos dias, é considerado bom organizador microeconômico da produção, mas é um péssimo distribuidor, uma vez que a sociedade se tornou mais complexa. As atividades produtivas sem dúvida continuam essenciais, mas não contêm em si as mesmas

condições do seu sucesso. Passamos de uma visão beneficente, filantrópica, para a compreensão de que a área social se tornou essencial para as próprias atividades econômicas.

Portanto apesar das variações apresentadas, o Brasil entra 2005 como um dos países com maior nível de desigualdade no mundo.

Na verdade, o Brasil precisa investir maciçamente em educação de qualidade se quiser conjugar a redução da desigualdade com crescimento e atacar a pobreza dos dois lados e de maneira sustentável. Em síntese: para que alcancemos reduções sustentáveis e continuadas da desigualdade, com melhoras no bem-estar social, é preciso desmontar o antigo regime de políticas sociais relativamente pouco focado e aqui representado pelo salário mínimo, e enfatizar um novo regime de políticas sociais, representado aqui por *upgrades* no Bolsa-Família e por uma política agressiva em prol da educação de qualidade.

Neste sentido, ressalta Quadros (2008b) que a partir de 2004 a economia brasileira ingressa em novo ciclo de crescimento mais expressivo do PIB. Ainda que esta fase expansiva resulte fundamentalmente das condições mais favoráveis da economia mundial, e na “rabeira” dos demais países emergentes da periferia, ela destoa bastante da mediocridade vigente no período imediatamente anterior.

Um movimento no sentido de diminuir a desigualdade da distribuição da renda no país certamente não pode se basear apenas em determinada política econômica. Na realidade, praticamente toda política econômica tem um impacto, maior ou menor, sobre a distribuição da renda: política fiscal, previdência social, política de crédito, política educacional, reforma agrária etc. Alterações na legislação também podem ter impacto importante. A dificuldade na análise de cada medida é levar em consideração seus diversos efeitos diretos e indiretos, como fica claro na discussão sobre o aumento do salário mínimo (HOFFMANN, 2007).

Com o estudo desenvolvido torna-se claro o controle efetivo da inflação é a premissa (condição necessária, mas não suficiente) a partir da qual se podem estabelecer os mecanismos para a alteração do perfil distributivo da sociedade brasileira (FERNANDES, 2008).

Importante assinalar que a alta desigualdade de renda brasileira cria demanda por políticas redistributivas de combate à exclusão social. Entretanto,

devido à histórica instabilidade do Brasil, poderíamos ter avançado mais na implementação de políticas de caráter mais estrutural, indutoras de um reforço do estoque de riqueza dos pobres como de educação e de outras ações relacionadas (NERI, CARVALHAES; PIERONI, 2006).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o desenvolvimento do trabalho até aqui se percebe que o tema distribuição de renda centrou as análises dos primeiros economistas, àqueles que marcaram a chamada escola clássica, Smith, Ricardo e Marx, para ficar apenas nos citados neste trabalho. O enfoque era dado na distribuição funcional da renda, na medida em que aumentaria a proporção de trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos.

A disposição de relacionar o desempenho macroeconômico e distribuição de renda centrou as atenções de muitos estudiosos da teoria econômica, com ênfase especial para o crescimento econômico como elemento de equalização distributiva. O argumento da teoria neoclássica é de que o aumento da acumulação de capital por trabalhador seria o elemento fundamental para a ocorrência desse equilíbrio.

Porém, esta condição não era ratificada especialmente nos estudos feitos nos países subdesenvolvidos como apontam os estudos realizados por Kuznets através da teoria do “U” invertido, onde ocorre concentração de renda aumenta num primeiro momento, em que pese às elevações no produto, para posterior reversão dessa tendência. De certa forma no Brasil temos a ocorrência desse fenômeno nas décadas de 60 e 70, onde se procura sensibilizar os agentes a aceitar certos sacrifícios sob promessa de medidas indispensáveis para assegurar um quadro futuro com melhor distribuição de renda.

A idéia que permeia grande parte do pensamento econômico aponta para o “*trade-off*” crescimento-igualdade, quer dizer, um perfil mais concentrador seria benéfico por ser gerador de poupança, investimento e crescimento econômico posterior. Muitos estudos apontam para o sentido inverso e alertam para o risco de instabilidade institucional, provocada pelo ambiente sócio econômico desfavorável ao crescimento e com distribuição desigual.

A discussão introduzida recentemente amplia o campo de análise, escapando da mera divisão *per capita* da renda e se concentra no conceito de desenvolvimento econômico, entendido aqui conforme apontado por Furtado, como a transformação global da sociedade, com a incorporação de padrões institucionais,

culturais e econômicos que nos aproximem da concepção de modernidade. Neste aspecto, o que se observa no Brasil é um quadro de crescimento econômico pequeno e uma melhora nos índices de desenvolvimento.

Mesmo sob risco de análise superficial e grosseira é possível afirmar que a melhora nos indicadores de desenvolvimento ocorre de forma exógena, muitas vezes provocada pelo processo de urbanização, a elevação do salário mínimo e o mero acesso a escola. Qualquer melhora dos indicadores deve ser considerada, mas não se pode perder de vista a necessidade de atacar aspectos estruturais no quadro distributivo, como forma de assegurar a condição sustentada por Amartya Sen, ou seja, as pessoas terem condições e acesso aos meios e aos recursos que lhe propiciem o exercício dos seus direitos e da sua liberdade.

Nos aspectos relacionados ao Plano Real cabe ressaltar que não há uma relação direta entre pobreza, desigualdade e inflação, embora não se possa desprezar o peso do “imposto inflacionário” para os mais pobres. A estabilização econômica afetou positivamente a renda dos mais pobres, materializada na forma nos ganhos reais da mão-de-obra menos qualificada. Assim, não se pode ignorar a contribuição da estabilidade para a melhora no quadro distributivo, mas cumpre notar que a melhora é apenas marginal. Importante assinalar que, a pobreza no Brasil diminuiu, todavia o índice de Gini ainda nos coloca numa situação amplamente desfavorável no quadro distributivo mundial.

Em suma, analisando-se o período de 1994 a 2004 no Brasil constata-se que o governo conseguiu dominar a inflação, com acréscimo do poder aquisitivo da população de baixa renda, redução da pobreza e melhoria das condições de vida da população. Portanto, a despeito do sucesso no controle da inflação, o Real mostrou-se débil no que se refere à renda. Ele não conseguiu minimizar os desequilíbrios sociais de maneira sutil.

Apesar de atingir a estabilidade monetária, através do Plano em 1994, não se identificou uma alteração substancial na distribuição pessoal da renda conforme anunciado insistentemente por autoridades governamentais. Entre 1994 e 1998, por exemplo, pode-se estimar que o rendimento dos 40% mais pobres cresceu levemente acima do rendimento dos 10% mais ricos (15,4%).

A pobreza nesse período diminuiu, todavia o grau de desigualdade não. O grau de desigualdade é grande e os 10% mais ricos da população brasileira eram quase 5 vezes maior que a parcela da renda que cabia aos 50% mais pobres no período sob análise.

Em função das análises realizadas, entende-se que crescimento econômico no Brasil, de 1994 a 2004, proporcionou melhoria na distribuição de renda da população, porém, o país ainda não atacou problemas históricos e estruturais no seu quadro distributivo. Diante disso, pode-se concluir que a permanência de um quadro de estabilidade monetária não assegurou, por si só, a reversão da histórica situação nacional de regressividade distributiva da renda. Assim, o país entra em 2005 apresentando uma das mais altas taxas de concentração de renda do mundo.

## REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, F. **Globalização**. São Paulo: Nobel, 1997.

AZULAY. **Industrialização no Brasil**. Disponível em: <http://www.portalimpacto.com.br/docs/01AzulayVestF3Aula06IndustrilazacaoBrasileira.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2008.

BAER, W. **A economia brasileira**. 2. São Paulo: Nobel, 2002.

\_\_\_\_\_. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

BARROS R. P. MENDONÇA. R. S. P. **Os determinantes da Desigualdade no Brasil**. Texto para discussão. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_377.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_377.pdf). Acesso em: 20 out. 2006.

BARRO, R., Lan, D. **“Income Inequality, Inequality in Education and Children’s Schooling Attainment in Brazil”**. Texto para Discussão, nº 286. IPEA. Rio de Janeiro (1992).

BECKER, F. **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

BELUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real**. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2002.

BONETI, L. W. **As políticas educacionais no contexto das transformações do estado e da organização produtiva dos anos 90**. Ijuí, 1999.

BOING, Marilian. **A distribuição funcional da renda na economia industrial de Santa Catarina: uma abordagem kaleckiana**. Disponível em: [www.apec.unesc.net/III%20EEC/Financas/Artigo%2025.doc](http://www.apec.unesc.net/III%20EEC/Financas/Artigo%2025.doc). Acesso em: 07 jun. 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. 02 mar. 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ZonceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2007.

CASSEB, N. C. B. **Distribuição de renda no Brasil: retrato da dependência histórica**. Disponível em: [http://www.apropucsp.org.br/revista/r08\\_r09.htm](http://www.apropucsp.org.br/revista/r08_r09.htm). Acesso em: 11 mar. 2008.

CACCIAMALI, M. C. **Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade**. In: PINHO, D. ; VASCONCELLOS, M.A. S., **Manual de Economia**, São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.

CAPORALI, C. R. **Da Riqueza das Nações à Ciência das Riquezas**. São Paulo: Loyola, 1995.

CORAZZA, G.. **A Inserção do Brasil na Globalização Financeira**: uma análise introdutória da década de 1990. Disponível em: [netx.u-paris10.fr/actuelmarx/m4corra.htm](http://netx.u-paris10.fr/actuelmarx/m4corra.htm) . Acesso em 17 dez. 2006.

DELANI, A. L. **Estudo sobre o desenvolvimento industrial do município de Ampére no período de 1990 a 2000**. (monografia). Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2003.

DIEESE. Nota técnica. **Salário mínimo e distribuição de renda**. n.º 6. out/2005. Disponível em: [www.dieese.org.br/notatecnica/notatecSMDR.pdf](http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatecSMDR.pdf). Acesso em: 01 maio, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os salários num contexto de baixa inflação**. Nota Técnica. out. 2006

**DISTRIBUIÇÃO de renda**. Disponível em: <http://www.ocapitalista.com/2006/08/artigo-distribuio-de-renda.html>. Acesso em : 16 maio 2009.

DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação**. Março de 2001. Disponível in: <http://dowbor.org/tecconhec.asp>. Acesso em: 10 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. **Gestão social em busca de paradigmas**. In: RAICHELIS, R; RICO, E. M. **Gestão social**: uma questão em debate. São Paulo:EDUC, 1999.

EICHENGREEN, B... **A Globalização do Capital**. Uma história do Sistema Monetário Internacional. São Paulo, 2000.

FAUSTO, B. **O Desenvolvimento Econômico do Brasil durante o período do populismo**. Disponível em [www.culturabrasil.org/desenvolvimentismo.htm](http://www.culturabrasil.org/desenvolvimentismo.htm). Acesso em 11 jul. 2007.

FERNANDES, A. E. S. **Distribuição de renda e crescimento econômico**: uma análise do caso brasileiro. Disponível em: [www.senado.gov.br/conleg/artigos/economicas/DistribuicaoodeRenda.pdf](http://www.senado.gov.br/conleg/artigos/economicas/DistribuicaoodeRenda.pdf). Acesso em: 19 abr. 2008.

FERREIRA, Francisco H. G. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?** Departamento de Economia PUC-RIO Texto Para Discussão n.º. 415. Rio de Janeiro: PUC-Rio, fev. 2000.

FRANCO, G H. B. **Auge e declínio do Inflacionismo no Brasil**. Texto para Discussão n.º487. Departamento de Economia PUC-Rio, 2004.

FRANCO, A. **O terceiro setor e seu papel estratégico**. Disponível em: <http://www.mc2.com.br/brasiljunior/fotos/TI-6.pdf>. Acesso em: 30 set. 2006.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Desenvolvimento Econômico Nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981.

FERRAZ, J.C.; KUPFER, D. & HAGUENAUER, L. **Made in Brazil: Desafios competitivos para a indústria**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

FERREIRA, H. G. F. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?** Rio de Janeiro: PUCRJ, Departamento de Economia, 2000.

GIL, A. C. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. São Paulo: Atlas, 2000.

GALVANI, C. (org.). **Brasil e América Latina no Processo de Estabilização Econômica**. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1995

GREMAUD, A. P. VASCONCELOS M. A. S. TONETO JR, R. **Economia brasileira contemporânea**. 4. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Economia brasileira contemporânea**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

HAGENAARS, A.; DE VOS, K. **The definition and measurement of poverty**. The Journal of Human Resources, v. 23, n. 2, p. 211-221, Spring 1988.

HENRIQUES, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HOFFMANN R. **A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 213-235, jul./dez. 2002.

\_\_\_\_\_. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. 2001. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142001000100007&lng=en&nrm=iso&tIng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000100007&lng=en&nrm=iso&tIng=pt). Acesso em 12 fev. 2007.

HOFFMANN, R. **Distribuição da renda no Brasil em 1999**. Disponível em: [www.mte.gov.br/sal\\_min/t21.pdf](http://www.mte.gov.br/sal_min/t21.pdf). Acesso em 19 nov. 2006.

IPARDES. **Arranjo automotivo da região metropolitana Sul-Curitiba no Estado do Paraná**. Curitiba: 2005.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002**. Rio de Janeiro (2005).

IPEA. **Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada – IPEADATA**. Radar Social Brasileiro (2005).

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. Economia e Sociedade. Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

KUPFER, D; CORREA, P. **Padrão de concorrência e dinâmica competitiva: o caso da indústria brasileira de máquinas-ferramenta**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1991.

LACERDA, A. C.; BOCCHI, J. 1.; REGO, J. M.; BORGES, M. A.; MARQUES, M. M. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2002.

LACERDA, A. C. et al. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2002.

LANGONI, C. G. **A economia da transformação**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

LEAL, Carlos. I. S.; WERLANG, Sérgio. R. C. Educação e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M; GIAMBIAGI, F. **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LUZON, J L **Es Posible Predecir el Desarrollo Humano**. In: ARARIPE, Assis, BORGES, Cesar e LUZÓN, José L. Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional, Fortaleza, Editora UECE e Xarxa MedAmerica, 2004.

MARCONDES, F. C. **Sociedade Tecnológica**, São Paulo: Scipione, 1994.

MANKIW, N. GRAGORY. **Introdução à economia**: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro, Campus, 1998.

MENDES, C. C. I. **Desenvolvimento econômico brasileiro**: uma releitura das contribuições de Celso Furtado. IPEA, Brasília - DF. Disponível em: <http://www.unb.br/face/eco/cpe/TD/320agosto2004CCMeJRT.pdf>. Acesso em: em 10 ago. 2007.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Evolução e perspectivas da economia brasileira**. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2006/p070806.pdf>. Acesso em: 10 set. 2006.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Plano Real**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/real20e.asp>. Acesso em 19 jun. 2007.

MICHEL, R. **Distribuição de Renda e Pobreza no Brasil**: uma proposta de agenda. Disponível em: <http://www.geocities.com/tercercoloquio2003/coloquio/renaultmichel.PDF>. Acesso em 10 jun. 2007.

MONTORO FILHO, A. F. et al. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MOLLO, M. L. R., SAAD FILHO, A. Reconhecimento social da moeda: observações sobre a inflação e a estabilização de preços no brasil. **Revista de Economia Política**. v. 21, nº 2 (82), abril-junho/2001. p. 24-42.

MOTIM, B. M. L; FIRKOWSKI, O. L. C. F.; ARAÚJO, S. M. P. de. **Desconcentração da indústria brasileira e seus efeitos sobre os trabalhadores: a indústria automobilística no Paraná**. Disponível em [www.ub.es/geocrit/sn/sn119-88.htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-88.htm). Acesso em 09 jul. 2007.

NÉRI, M. C. **Pobreza e políticas sociais na década da redução da desigualdade.** *Revista Nueva Sociedad*. out. 2007. Disponível em: [www.nuso.org](http://www.nuso.org). Acesso em: 18 mar. 2008.

NÉRI, M.; CARVALHAES, L.; PIERONI, A. Inclusão digital e redistribuição privada. I Congreso Internacional y VI Congreso Nacional de Bibliotecarios, Documentalistas y Archivistas del Paraguay. “**El desarrollo humano en la Sociedad del Conocimiento: una propuesta para América Latina**”, out. 2006.

OLIVEIRA, G. **Brasil real**. São Paulo, Mandarim, 1996.

OLIVEIRA, L. A. G. **Dez anos de plano real**. Disponível em: <http://www.seplan.gov.br/sepim/pub/conj/conj1/03.htm>. Acesso em 18 fev. 2008 .

ORAIR, R. O. **Como crescimento e desigualdade afetam a pobreza?** Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia da UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, 2006.

PARANASHOP. **Industrialização**. Disponível em: <http://www.paranashop.com.br>. Acesso em: 22 maio, 2007.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2001.

PNUD. **Informe sobre desarrollo humano**, Madrid, Mundi-Press Libros, 2005.

PNUD. Índice de Gini e de Theil. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id\\_pop=97](http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=97). Acesso em: 20 out. 2008.

PLANALTO. **Real: quatro anos que mudaram o Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/publi\\_04/COLECAO/4REAL5.HTM](http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/4REAL5.HTM). Acesso em: 10 dez. 2007.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; Gostkorszewicks, J. O Desempenho Macroeconômico do Brasil nos Anos 90. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **A Economia Brasileira nos Anos 90**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 1999.

PORSSE, A. A. **Postergação de reformas econômicas: uma análise exploratória do processo de estabilização inflacionária brasileiro**. **Anais do VII encontro de economia da região sul** — ANPEC SUL. Maringá: UEM, UFPR, UFSC, UFRGS, PUCRS, 2004, p. 138-149.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. (Org.). **Manual de Economia**. Equipe de Professores da USP. 3. São Paulo: Saraiva, 1998.

QUADROS, W. **A evolução recente da estrutura social brasileira**. Versão preliminar para discussão interna. São Paulo: UNICAMP, ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **Notas metodológicas**. Versão preliminar para discussão interna. São Paulo: UNICAMP, mar. 2008.

REZENDE, D. A. ; ABREU, A. F. **Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informações Empresariais**. 3 ed. Revisada e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, M. A. **Plano Real e o Impacto na Economia Brasileira**. Curso de Economia. Goiânia, 2005 Disponível em: [www.marsionet.com/tmp/Monografia\\_Plano\\_Real.pdf](http://www.marsionet.com/tmp/Monografia_Plano_Real.pdf). Acesso em: 18 set. 2007.

ROCHA, S. **Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real**. Texto para discussão nº 721. Rio de Janeiro, abr. 2000. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2000/td0721.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0721.pdf). Acesso em: 10 jun. 2006.

ROSSETTI, J. P.. **Introdução à Economia**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SABOIA, João. **A redistribuição de renda não pode parar**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/saboia130207.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2009.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. 7.ed. São Paulo, Editora Best Seller, 1999.

SAMPAIO JR, P. A. **Hiperinflação: o remédio e o medo**. economia. a um passo temeroso da hiperinflação. nº 08 – out./nov./dez. 1989. Disponível em:<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=548>. Acesso em: 28 ago. 2006.

SEBRAE. **Estudos da Pequena Empresa**. Disponível em [www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br). Acesso em 28 dez. 2007.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova cultura, 1986.

SIMONETTO M. I. TRICHES D. **A análise da condução da política monetária após a implementação do Plano Real: 1994 a 2004**. Disponível em: <http://www.perspectivaeconomica.unisinos.br/pdfs/55.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2007.

SOARES, S. S. D. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Texto para discussão nº 1166. Brasília, fev. 2006.

SEN A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, L. D. da; POLENZ, T. (Org.). **Educação e contemporaneidade**. Mudança de paradigmas na ação formadora da universidade. Canoas: ULBRA,

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 4. São Paulo: Atlas, 1999.

SOARES, S. S. D. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. **Texto para discussão nº 1166**. Brasília, IPEA, fev. 2006. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td\\_1166.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1166.pdf). Acesso em 18 mar. 2008.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social**. São Paulo: Atlas, 2002. UNIMONT. **Economia: Plano Real**. Disponível em: [www.unimonte.br/apostilas/economia/real.pdf](http://www.unimonte.br/apostilas/economia/real.pdf). Acesso em: 18 out. 2006.

TEIXEIRA, R. A. G. **Breves retratos do Brasil**: a distribuição de renda. CLAI – Conselho Latino Americano de Igrejas. Londrina, 2002. Disponível em: [www.ieabweb.org.br/confelider/Documentos/globalizacao4.doc](http://www.ieabweb.org.br/confelider/Documentos/globalizacao4.doc). Acesso em 12 jun. 2007.

TOFLER, A. **A Terceira Onda** São Paulo: Record, 1980.

UNESCO. **A UNESCO no Brasil**: consolidando compromissos. – Brasília: 2004. Disponível em: [unesdoc.unesco.org/images/0013/001374/137491por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001374/137491por.pdf). Acesso em: 19 set. 2006.

VELLOSO, J. ; FRITSCH, W. (coord.). **O Último Trem Para Paris – De Getúlio a Sarney: Milagres, Choques e Crises do Brasil Moderno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.